

Notícias do dia 10 de dezembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

"Em Goiás, o combate à corrupção tem jeito"

O governador Ronaldo Caiado liderou, ontem, em que se celebra o Dia Internacional de Combate à Corrupção, o processo que culminou com a assinatura do protocolo de intenções que institui o Plano Estadual de Integridade do Estado de **Goiás**. Além do Executivo, são signatários do documento os titulares dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como dos órgãos constitucionais autônomos do Estado - Ministério Público Estadual (MPE), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e a Defensoria Pública Estadual (DPE).

"Em **Goiás**, o combate à corrupção tem jeito, tem como ser implantado e é possível colher resultados", afirmou o governador durante a solenidade, realizada no Palácio Pedro Ludovico e que oficializou a parceria. "Essa é uma marca nossa para dizer ao cidadão que ele receberá saúde, segurança, educação de qualidade. Mas sem ter que sequestrar dinheiro dos prefeitos, como foi feito durante muito tempo, sem programas pedagógicos e sem maquiagem nas contas", assegurou Caiado.

Para o governador, o protocolo assinado provavelmente se tornará um exemplo do compliance mais amplo do País, já que reúne todos os poderes e órgãos públicos independentes do Estado. O líder do Executivo citou alguns dados referentes ao tema e falou das medidas tomadas.

Segundo ele, existem atualmente 1,4 mil processos disciplinares e de sindicância abertos no Executivo. Desse total, 300 são passíveis de serem solucionados via termo de ajustamento de conduta (TAC), pois englobam crimes de pequeno potencial lesivo. "Aliviamos, assim, o custo de R\$ 100 mil, por cada processo. Temos um resultado rápido e que não cria situações de procrastinação" explicou, ao informar que a Secretaria de Estado da Economia foi a primeira pasta a aderir ao projeto.

Plano de Integridade

De acordo com o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, responsável no governo pela condução da iniciativa, o Plano Estadual de Integridade é um esforço conjunto e integrado, capitaneado pelo governador Ronaldo Caiado, no sentido de instituir programas, projetos e ações de fomento à integridade, à transparência e à ética pública, no âmbito de cada Poder e órgão constitucional goiano, respeitadas a autonomia e a independência dos signatários.

Em discurso, Ziller disse que o processo começou a partir da política de compliance no Executivo, implementada em 2019, e da posterior integração do Governo de **Goiás** ao projeto Integridade nos Estados Brasileiros, da organização não governamental (ONG) Transparência Internacional/Brasil. Apenas seis unidades federativas participam do projeto.

"A intenção de um programa de compliance é qualificar de tal maneira o gasto público para que realmente cumpra os seus objetivos, ou seja, que as políticas públicas sejam bem executadas", assinalou o controlador-geral.

Judiciário e Legislativo

Um dos parceiros nessa tarefa, o Tribunal de Justiça (TJ) tem dado sua parcela de contribuição para que **Goiás** alcance o objetivo de eliminar todo e qualquer resquício de corrupção que havia no Estado. O representante do presidente do TJ no evento, Guilherme Guttemberg, citou a reativação do Núcleo de Combate ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro, e a criação recente da 2ª vara para recuperar dividendos [desviados] como exemplo de ações que convergem com as metas do Plano Estadual de Integridade.

A matéria, aliás, já passou em primeira votação na Assembleia Legislativa, informou o presidente da Casa, deputado estadual Lissauer Vieira. "Vivemos um momento de transformação na política, de transparência", opinou, ao reforçar a cooperação e o alinhamento que existem entre todos os poderes desde 2019. "Queremos levar o Estado de **Goiás** aos melhores índices e patamares, não só de entregas, melhorias e

benefícios para a população, mas também de transparência, credibilidade e trabalho sério, como tem sido até agora a marca do governador" complementou.

Parceria

Presidente do TCM, Joaquim de Castro se disse entusiasta do programa. "Vamos lutar diuturnamente para sermos mais eficientes, íntegros, éticos e transparentes. O governo materializou esse anseio de todos", afirmou.

O presidente do **TCE**, Celmar Rech, ressaltou que ações de integridade, compliance e transparência devem ser constantes no dia a dia dos chefes de poderes e órgãos. Assim, frisou, é possível tirar o Estado do déficit estrutural e financeiro, já que a corrupção e práticas ruins em que perduram erros, atrasos e má gestão oneram o governo. "Continue firme, governador, nesse propósito de equilibrar esse Estado que a sociedade goiana haverá de reconhecer."

"Estávamos acostumados a ver na história do Executivo muito mais retórica do que entrega. Agora não, há ações. É motivo de muito orgulho iniciar [aqui] o dia de comemoração ao combate à corrupção", destacou o procurador-geral de Justiça, Ailton Vecchi, ao elogiar o governador Ronaldo Caiado pela iniciativa e mudança de postura verificada no Governo de **Goiás** de 2019 para cá.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/mini?e=20201210>

Fio Direto - FIO DIRETO

SUELY ARANTES

Sem ingerência

Os maguitistas vão acompanhar à distância as articulações para a presidência da Câmara de **Goiânia**.

Temem perder apoio em plenário caso o novo governo interfira na escolha do comando do Legislativo.

Romaria

Ronaldo Caiado (DEM) já recebeu, em duas semanas, mais de 60 prefeitos eleitos pela base aliada. O governador já está de olho nas parcerias administrativas e também na sucessão estadual de 2022.

Ônibus natalino

O presidente interino da Metrobus, Miguel Hanna, fez o lançamento do projeto Natal no Eixo, para apresentar o ônibus que foi especialmente decorado para o período natalino. Segundo ele, a intenção "é homenagear os usuários da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC) em uma data tão importante como o nascimento de Cristo".

Carro alegórico

O ônibus articulado, com 21 metros de comprimento, foi totalmente decorado com 600 metros de mangueiras e 18 mil lâmpadas de led. O veículo vai operar todos os dias até a virada do ano.

Outra homenagem

Tudo muito bonito e bem intencionado. Mas os usuários do transporte coletivo gostariam mesmo é de terem ônibus com assentos para todos, limpos com rampas para cadeirantes e mais veículos para evitar a demora de mais de uma hora nos pontos, debaixo de sol e chuva para embarcar em ônibus caindo aos pedaços.

PDT na base

O Palácio das Esmeraldas vai enviar emissários para conversar com o casal George/ Flávia Moraes na tentativa de manter o PDT na base do governo estadual.

Campanha errada

Não tem dado certo a estratégia do governador de São Paulo, João Dória (PSDB), pré-candidato a presidente em 2022, de atacar com frequência o ocupante do cargo, Jair Bolsonaro, e tentar se apresentar como o "pai da vacina".

Dória x Bolsonaro

Levantamento nacional do Paraná Pesquisa mostra que Dória é um dos oponentes mais fracos de Bolsonaro, tem quase 10 vezes menos intenções de voto. Em eventual 2o turno entre os dois, a vitória hoje seria categórica: Bolsonaro teria mais que o dobro de votos: 51,1% a 23,8%. A informação é da coluna Cláudio Humberto, do Diário do Poder.

Ferrari assume presidência do **TCE**-GO pela quinta vez

O **conselheiro Edson Ferrari** toma posse, hoje, às 15h00, como presidente do **Tribunal de Contas do Estado** para a gestão do biênio 2021-2022. Por conta da pandemia do novo coronavírus, a solenidade será

restrita aos membros do **TCE-GO**. A sessão, porém, será transmitida pelo canal do **TCE-GO** no Youtube, bem como pelos perfis da instituição no Instagram, Facebook e Twitter. Também serão empossados os novos vice-presidente, **Kennedy Trindade**, e corregedor-geral, **Sebastião Tejota**, para mandatos que serão exercidos apenas a partir de 1o de janeiro de 2021, quando expira o período da atual mesa, que tem **Celmar Rech**, como presidente; **Saulo Mesquita**, vice; e **Helder Valin**, corregedor. Esta será a quinta gestão de Ferrari à frente do **TCE-GO**, tendo marcado sua administração com o início e grande parte da obra de construção da nova sede do órgão fiscalizador no Setor Jaó. Edson José Ferrari é graduado em Direito e Jornalismo, com pós-graduação em Marketing. Atuou como jornalista na TV Goya, Folha de Goyaz, Rádio Executiva, Rádio Clube e TV Brasil Central. É **conselheiro** do **TCE-GO** desde 2004.

Livro de caixa

A secretária Municipal de Saúde, Fátima Mrué, apresentará hoje o relatório do 2o Quadrimestre de 2020, em audiência pública realizada pela Comissão de Saúde e Assistência Social da Câmara de **Goiânia**. A reunião será realizada de forma remota, às 13 horas, por meio de videoconferência transmitida ao vivo pelo canal da Câmara no Youtube: <https://www.youtube.com/user/tvcamaragyn>

José Vitti quer retomar protagonismo da cena política

+ O empresário e ex-presidente da Assembléia, José Vitti, está taxiando na pista para voltar à cena política, provavelmente como candidato a deputado estadual. Os movimentos iniciais do ex-deputado já foram notados nas eleições municipais. Ele foi um dos primeiros a apoiar a candidatura de Maguito Vilela em **Goiânia** e apareceu como um dos principais articuladores da reeleição de Vando Vitor em Palmeiras.

+ Vitti também ajudou a eleger dezenas de outros prefeitos estado afora. Não se sabe ainda se atuará na oposição ou se aglutinará na base do governador Ronaldo Caiado, uma vez que possui bom trânsito nos dois lados. O ex-deputado tem interlocução com Lissauer Vieira e Daniel Vilela.

+ Ele já estaria montando um escritório político em **Goiânia** e organizando uma agenda de viagens pelo interior para o início de 2021. Seja como for, uma coisa é certa: Vitti é hoje um homem experiente e volta à cena não para ser coadjuvante, mas protagonista da política em **Goiás**.

Linha Cruzada

* Recapeamento e reconstrução das GOs é um dos pedidos mais frequentes dos prefeitos goianos ao deputado Rubens Marques (Pros). Nos dois primeiros anos de mandato, Rubens apresentou mais de 160 requerimentos a Goinfra, sendo a maioria acatada.

* Entre os pedidos, nove estradas já tiveram recapeamento e a revitalização executadas como a manutenção da ponte do Rio dos Bois, na GO-060, no município de Nazário; reconstrução da massa asfáltica da GO- 326 que liga Anicuns à Sanclerlândia; e a revitalização da GO-478, entre Ceres a Rubiataba.

Audiência pública remota, hoje, às 9 horas, irá discutir a titularidade dos professores da UEG. A iniciativa é da deputada Adriana Accorsi (PT), que afirma ser o evento uma oportunidade para que o povo goiano possa ter conhecimento da real situação da Universidade atualmente.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/mini?e=20201210>

"Em Goiás, o combate à corrupção tem jeito", diz Caiado durante lançamento do Plano Estadual de Integridade

SECOM/GO - O governador Ronaldo Caiado liderou, nesta quarta- -feira (09/12) em que se celebra o Dia Internacional de Combate à Corrupção, o processo que culminou com a assinatura do protocolo de intenções que institui o Plano Estadual de Integridade do Estado de **Goiás**. Além do Executivo, são signatários do documento os titulares dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como dos órgãos constitucionais autônomos do Estado - Ministério Público Estadual (MPE), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e a Defensoria Pública Estadual (DPE).

"Em **Goiás**, o combate à corrupção tem jeito, tem como ser implantado e é possível colher resultados", afirmou o governador durante a solenidade, realizada no Palácio Pedro Ludovico e que oficializou a parceria. "Essa é uma marca nossa para dizer ao cidadão que ele receberá saúde, segurança, educação de qualidade. Mas sem ter que sequestrar dinheiro dos prefeitos, como foi feito durante muito tempo, sem programas pedagógicos e sem maquiagem nas contas", assegurou Caiado

. Para o governador, o protocolo assinado provavelmente se tornará um exemplo do compliance mais amplo do País, já que reúne todos os poderes e órgãos públicos independentes do Estado. O líder do Executivo citou alguns dados referentes ao tema e falou das medidas tomadas.

Segundo ele, existem atualmente 1,4 mil processos disciplinares e de sindicância abertos no Executivo. Desse total, 300 são passíveis de serem solucionados via termo de ajustamento de conduta (TAC), pois englobam crimes de pequeno potencial lesivo. "Aliviamos, assim, o custo de R\$ 100 mil, por cada processo. Temos um resultado rápido e que não cria situações de procrastinação", explicou, ao informar que a Secretaria de Estado da Economia foi a primeira pasta a aderir ao projeto.

PLANO ESTADUAL DE INTEGRIDADE

De acordo com o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, responsável no governo pela condução da iniciativa, o Plano Estadual de Integridade é um esforço conjunto e integrado, capitaneado pelo governador Ronaldo Caiado, no sentido de instituir programas, projetos e ações de fomento à integridade, à transparência e à ética pública, no âmbito de cada Poder e órgão constitucional goiano, respeitadas a autonomia e a independência dos signatários.

Em discurso, Ziller disse que o processo começou a partir da política de compliance no Executivo, implementada em 2019, e da posterior integração do Governo de **Goiás** ao projeto Integridade nos Estados Brasileiros, da organização não governamental (ONG) Transparência Internacional/ Brasil. Apenas seis unidades federativas participam do projeto.

"A intenção de um programa de compliance é qualificar de tal maneira o gasto público para que realmente cumpra os seus objetivos, ou seja, que as políticas públicas sejam bem executadas", assinalou o controlador-geral.

Um dos parceiros nessa tarefa, o Tribunal de Justiça (TJ) tem dado sua parcela de contribuição para que **Goiás** alcance o objetivo de eliminar todo e qualquer resquício de corrupção que havia no Estado. O representante do presidente do TJ no evento, Guilherme Guttemberg, citou a reativação do Núcleo de Combate ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro, e a criação recente da 2ª vara para recuperar dividendos [desviados] como exemplo de ações que convergem com as metas do Plano Estadual de Integridade.

A matéria, aliás, já passou em primeira votação na Assembleia Legislativa, informou o presidente da Casa, deputado estadual Lissauer Vieira. "Vivemos um momento de transformação na política, de transparência", opinou, ao reforçar a cooperação e o alinhamento que existem entre todos os poderes desde 2019. "Queremos levar o Estado de **Goias** aos melhores índices e patamares, não só de entregas, melhorias e benefícios para a população, mas também de transparência, credibilidade e trabalho sério, como tem sido até agora a marca do governador", complementou.

O vice-governador Lincoln Tejota compartilha da mesma opinião de que Caiado não é apenas um expoente de boas práticas políticas em **Goias**, mas em todo o País. "Não estamos aqui fazendo favor; estamos, na verdade, devolvendo uma ferramenta para a população", acrescentou.

PARCERIA

Presidente do TCM, Joaquim de Castro se disse entusiasta do programa. "Vamos lutar diuturnamente para sermos mais eficientes, íntegros, éticos e transparentes. O governo materializou esse anseio de todos", afirmou.

O presidente do **TCE**, Celmar Rech, ressaltou que ações de integridade, compliance e transparência devem ser constantes no dia a dia dos chefes de poderes e órgãos. Assim, frisou, é possível tirar o Estado do déficit estrutural e financeiro, já que a corrupção e práticas ruins em que perduram erros, atrasos e má gestão oneram o governo. "Continue firme, governador, nesse propósito de equilibrar esse Estado que a sociedade goiana haverá de reconhecer."

A parceria interinstitucional foi elogiada pelo defensor público do Estado, Domilson Rabelo. "Somos um conjunto de gestores, mas focados no mesmo propósito. Esse é o grande extrato do que se representa hoje. Juntos, responsáveis, primando pela transparência, eficiência, crescimento e equilíbrio", listou.

"Estávamos acostumados a ver na história do Executivo muito mais retórica do que entrega. Agora não, há ações. É motivo de muito orgulho iniciar [aqui] o dia de comemoração ao combate à corrupção", destacou o procurador-geral de Justiça, Ailton Vecchi, ao elogiar o governador Ronaldo Caiado pela iniciativa e mudança de postura verificada no Governo de **Goias** de 2019 para cá.

A carta de intenções assinada determina, ainda, o compartilhamento de apoio técnico na elaboração e implementação dos programas, projetos e ações e de recursos organizacionais, voltados à capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional de servidores. Embora envolva o planejamento e a execução de ações conjuntas por um período de 24 meses, o protocolo não envolve nenhum tipo de repasse de recursos financeiros ou materiais entre seus signatários, cabendo a cada um a responsabilidade por eventuais despesas.

Estiveram presentes no evento a procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente; os secretários de Estado Adriano da Rocha Lima (Geral da Governadoria), Bruno D'Abadia (Administração), Adonídio Neto Vieira Júnior (Indústria, Comércio e Serviços), coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar); o presidente da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), Pedro Sales; o representante do Fórum Permanente de Combate à Corrupção em **Goias**, Paulo Henrique Nogueira; e o prefeito eleito de Minaçu, Carlos Alberto Lereia

Site: <https://gazetadoestado.com.br/uploads/arquivos/2020/12/4461.pdf>

Prêmio Goiás Mais Transparente reconhece trabalho de órgãos públicos na promoção da eficiência

Augusto Araújo

Foi realizada nesta quinta-feira, 10, uma cerimônia para celebrar a 2ª edição do Prêmio **Goiás** Mais Transparente e do Ranking Programa de Compliance Público 2020, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira. A iniciativa tem o intuito de reconhecer os esforços dos órgãos para tornar a Administração Pública mais eficiente e transparente.

O evento é organizado pela **Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE)**, em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**. O evento faz parte da Semana Internacional de Combate à Corrupção, que segue até o dia 11 de dezembro com uma programação diversificada acerca do tema.

A Secretaria de Governo (Segov) foi a primeira colocada no ranking de transparência do evento. Para o chefe de gabinete da Secretaria, Luís Antônio Siqueira de Paiva, que representou o secretário Ernesto Roller no evento, a premiação reafirma o compromisso do Poder Público na busca por uma gestão pública de excelência, além de promover uma cultura governamental baseada em transparência e responsabilidade. "Entre todos os órgãos públicos, a Segov ter conquistado o 1º lugar em transparência é sinal de que estamos no caminho certo e que temos compromisso com a Administração Pública", enfatizou.

Durante a premiação, foi realizada a entrega de troféus, certificações e **concessão** de selo em reconhecimento das entidades que obtiveram nível elevado de transparência pública de acordo com os critérios estabelecidos na legislação. "Nós precisamos ser o governo que nós sonhamos", destacou o vice-governador Lincoln Tejota.

Ranking de Transparência 2020

Prêmio Transparência Órgãos

1º lugar - Secretaria de Estado do Governo - SEGOV

2º lugar - Diretoria-Geral de Administração Penitenciária - DGAP

3º lugar - Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM

Prêmio Transparência Empresas

1º lugar - Companhia **Celg** de Participações - CELGPAP

2º lugar - **Agência Goiana de Habitação** - AGEHAB

3º lugar - Saneamento de **Goiás** - SANEAGO

Prêmio Transparência Demais Poderes

1º lugar - Procuradoria-Geral de Justiça - MPMGO

2º lugar - Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** - TJGO

3º lugar - **Tribunal de Contas do Estado - TCE**

Ranking Programa de Compliance Público 2020

1º lugar - **FAPEG**

2º lugar - Saneago

3º lugar - Secretaria de Estado da Economia

4º lugar - Vice-Governadoria

5º lugar - Secretaria de Comunicação

6º lugar - Secretaria de Estado da Casa Civil

7º lugar - **Agência Goiana de Regulação - AGR**

8º lugar - Secretaria-Geral da Governadoria

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/premio-goias-mais-transparente-reconhece-trabalho-de-orgaos-publicos-na-promocao-da-eficiencia-301072/>

Governo de Goiás premia melhores colocados em rankings de Transparência e Compliance Público de Goiás

O vice-governador Lincoln Tejota participou na manhã desta quinta-feira (10) da premiação dos destaques do Programa de Compliance Público (PCP) de **Goiás** e do ranking de Transparência estadual durante os eventos da Semana de Combate à Corrupção, promovida pela Controladoria-Geral do Estado (**CGE**). Na aplicação do PCP, a Vice-Governadoria ficou entre os quatro melhores colocados do ranking.

"Esse prêmio representa que os atos da nossa gestão são voltados para diminuir os riscos, economizar os recursos e trazer resultado para a população", comentou o vice-governador Lincoln Tejota ao parabenizar os servidores da pasta liderada por ele.

Este é o segundo ano da premiação, que ocorre desde a implantação do Compliance no Governo de **Goiás** pelo governador Ronaldo Caiado. Em 2020, concorreram 38 órgãos estaduais que já implantaram o PCP, 17 a mais do que no ano de 2019.

Representando o governador Ronaldo Caiado, o vice-governador Lincoln Tejota liderou a entrega dos prêmios e certificados aos homenageados ao lado do secretário-chefe da **CGE**, Henrique Ziller, e do presidente do Tribunal de Contas Estadual (**TCE**), Celmar Rech.

No ranking do PCP, os quatro primeiros lugares foram ocupados por Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás (Fapeg)**, Saneamento de **Goiás (Saneago)**, Secretaria da Economia e Vice-Governadoria. Já no ranking da Transparência, ficaram nas primeiras posições a Secretaria de Estado do Governo, Diretoria-Geral de Administração Penitenciária e Secretaria de Comunicação.

"Nós trabalhamos com boas práticas de gestão e hoje temos oportunidade de ver essas boas práticas gerando bons resultados. A transparência não é mais uma opção. Ferramentas como essa nos auxiliam a ser mais eficientes, a qualificar o gasto público. Modernizamos a administração para apresentar soluções à população, de mãos dadas com o servidor público, impactando positivamente a vida dos cidadãos", ressaltou Tejota.

Site: <https://www.dm.jor.br/politica-3/2020/12/governo-de-goias-premia-melhores-colocados-em-rankings-de-transparencia-e-compliance-publico-de-goias/>

Programa de Integridade será obrigatório para empresas de Goiás

A Redação

Goiânia - A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás aprovou nesta quarta-feira (09/12), em segunda e definitiva votação, projeto de lei que cria a obrigatoriedade de Programa de Integridade (Compliance) para as empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que celebrarem contratos com o Poder Executivo.

Agora, caberá aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como ao Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria Pública estadual, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, editarem ato próprio para aderir ao texto aprovado.

O Programa de Integridade será exigido para os casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias e valores acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência. Assim, aplica-se às obras e serviços de engenharia com valores maiores que R\$ 3,3 milhões e para as demais compras e serviços com valores superiores a R\$ 1,43 milhão. Será conferido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte a partir de ato do governador do Estado.

O projeto também revoga a lei que tratava do mesmo assunto e que apresentava pontos falhos, no entendimento da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), que coordenou o trabalho. Para a construção da redação do projeto de lei, a **CGE** recebeu contribuições do Conselho Regional de Administração (CRA-GO), Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás (OAB-GO), Conselho Regional de Economia (Corecon-GO) e profissionais da área de integridade e de compliance. A lei entra em vigor 120 dias após a sanção do governador Ronaldo Caiado e publicação no Diário Oficial do Estado.

A exigência da implantação do Programa de Integridade tem o objetivo de assegurar a conformidade das contratações públicas aos padrões morais e legais e garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos. É uma forma moderna de proteger a administração pública de atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por desvios de conduta e fraudes contratuais, além de garantir a boa execução dos contratos, reduzir riscos e promover maior segurança e transparência em suas execuções.

O Programa de Integridade das empresas deverá contar com requisitos como o comprometimento formal da alta direção da pessoa jurídica, promoção da cultura ética e existência de código de ética com padrões de conduta, criação de página na internet com informações detalhadas da participação em processos licitatórios e da execução dos contratos. Deverá conter também canais de denúncia de irregularidades, abertos a funcionários e terceiros, medidas disciplinares em caso de violação e implementação de programa de gestão de riscos, entre outros pontos.

A avaliação dos programas nas relações contratuais com o Poder Executivo será definida em ato conjunto da **CGE** e Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelos órgãos jurídicos e de controle interno nos demais poderes. O não cumprimento do programa implicará em multa, rescisão contratual e impossibilidade de contratação da empresa com a administração pública de Goiás por dois anos.

Site: <https://www.aredacao.com.br/noticias/143624/programa-de-integridade-sera-obrigatorio-para-empresas-de-goias>

Wander Arantes homenageia Jayme Júnior e Luiz Carlos Bravo na terça (15/12)

Jales Naves

Especial para o AR

Goiânia - Agitador cultural, sempre com iniciativas inusitadas, o empresário Wander Arantes programou para a próxima terça-feira (15/12), às 19h30, em seu Serendipity Comer e Beber, no Setor Bueno, um happy hour de homenagem póstuma a duas pessoas especiais: o músico Jayme Júnior e o empresário Luiz Carlos Bravo, ambos falecidos neste ano. Colecionador de objetos raros, como discos, livros e jornais, encontrou preciosidades e decidiu reeditar, em CD, alguns achados sobre os seus amigos, integrantes da Turma da Quinta, que se reunia semanalmente no almoço.

Mineiro de Araguari, 64 anos, Jayme de Oliveira Júnior graduou-se em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Goiás e sempre atuou na área de vendas, de vidros e de automóveis; depois, trabalhou na Assembleia Legislativa do Estado e no **Tribunal de Contas do Estado**. Mas sua grande paixão foi a música, desde criança, e, ouvido absoluto, passou a tocar os mais diversos instrumentos musicais, em especial o piano. Simpático e atencioso com todos, formou grandes amizades e participou de vários grupos, com encontros periódicos. Ele teve leucemia, que exigiu um transplante de medula óssea, que foi feito, mas não resistiu, falecendo no dia 29 de abril.

Presença importante nos meios de comunicação do Rio de Janeiro, com passagens pelo " O Globo " e " Jornal do Brasil ", dentre outros, e em " O Pasquim ", jornal de humor que desafiou a ditadura, Luiz Carlos Bravo lançou o " Disque Amizade " antes da chegada da internet e que foi um sucesso; e é autor de vários livros, como " A Hyena e o Arquivo do Bravo - Uma enciclopédia de humorismo " e " Eu gostaria de ter dito isso! ", de frases.

Nos últimos 40 anos ele residiu em Goiânia, casou-se, implantou empresas e fez amigos. A filha, Lizzie Bravo, foi casada com o cantor José Rodrix, e viveu uma temporada nos Estados Unidos, quando se aproximou do conjunto " The Beatles ", que secretariou; e o filho, Ricardo Bravo, cineasta, dirigiu " Oriundi ", o último filme que teve a participação do ator Anthony Quinn, e que, por problemas na distribuição da película, tornou-se um grande prejuízo financeiro.

Site: <https://www.aredacao.com.br/cultura/143619/wander-arantes-homenageia-jayme-junior-e-luiz-carlos-bravo-na-terca-15-12>

Nova mesa diretora do TCE-GO é empossada

Jota

Para atuar a partir de janeiro de 2021, o **conselheiro Edson Ferrari** foi empossado presidente, juntamente com os conselheiros **Kennedy Trindade** (vice-presidente) e **Sebastião Tejota** (corregedor-geral).

Leia em portal tce.go.gov.br .

(Informações e fotos: Comunicação - Heloísa Lima. Fotos : Alexandre Alfaix)

Site: <https://jotacidade.com/noticias/nova-mesa-diretora-do-tce-go-e-empossada-2/>

Empresas que contratarem com o Estado terão que implantar programa de integridade

A Assembleia Legislativa aprovou nesta quarta-feira (09/12), em segunda e definitiva votação, o Projeto de Lei nº 6311/2019, de autoria da Governadoria, que cria a obrigatoriedade de Programa de Integridade (Compliance) para as empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que celebrarem contratos com o Poder Executivo. Caberá aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria Pública estadual, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás editarem ato próprio para aderir ao texto aprovado.

O Programa de Integridade será exigido para os casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias e valores acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência. Assim, aplica-se às obras e serviços de engenharia com valores maiores que R\$ 3,3 milhões e para as demais compras e serviços com valores superiores a R\$ 1,43 milhão. Será conferido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte a partir de ato do governador do Estado, observados os termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

O projeto também revoga a Lei 20.489/2019, que tratava do mesmo assunto e que apresentava pontos falhos, no entendimento da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), que coordenou o trabalho. Para a construção da redação do projeto de lei, a **CGE** recebeu contribuições do Conselho Regional de Administração (CRA-GO), Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás (OAB-GO), Conselho Regional de Economia (Corecon-GO) e profissionais da área de integridade e de compliance. A lei entra em vigor 120 dias após a sanção do governador Ronaldo Caiado e publicação no Diário Oficial do Estado.

Objetivo

A exigência da implantação do Programa de Integridade tem o objetivo de assegurar a conformidade das contratações públicas aos padrões morais e legais e garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos. É uma forma moderna de proteger a administração pública de atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por desvios de conduta e fraudes contratuais, além de garantir a boa execução dos contratos, reduzir riscos e promover maior segurança e transparência em suas execuções.

O Programa de Integridade das empresas deverá contar com requisitos como o comprometimento formal da alta direção da pessoa jurídica, promoção da cultura ética e existência de código de ética com padrões de conduta, criação de página na internet com informações detalhadas da participação em processos licitatórios e da execução dos contratos. Deverá conter também canais de denúncia de irregularidades, abertos a funcionários e terceiros, medidas disciplinares em caso de violação e implementação de programa de gestão de riscos, entre outros pontos.

A avaliação dos programas nas relações contratuais com o Poder Executivo será definida em ato conjunto da **CGE** e Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelos órgãos jurídicos e de controle interno nos demais poderes. O não cumprimento do programa implicará em multa, rescisão contratual e impossibilidade de contratação da empresa com a administração pública de Goiás por dois anos.

Fonte: Controladoria-Geral do Estado

Site: <https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/noticias/123973-empresas-que-contratarem-com-o-estado-terao-que-implantar-programa-de-integridade.html>

Segov conquista 1º lugar no Prêmio Goiás Mais Transparente

A Secretaria do Governo (Segov) é primeiro lugar no Ranking da Transparência, entre todos os órgãos da Administração Pública. A premiação foi entregue na manhã desta quinta-feira (10), durante a solenidade da 2ª edição do Prêmio **Goiás** Mais Transparente e do Ranking Programa de Compliance Público 2020, no auditório Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Para o chefe de gabinete da Segov, Luís Antônio Siqueira de Paiva, que representou o secretário Ernesto Roller no evento, a premiação reafirma o compromisso do Governo de **Goiás** na busca por uma gestão pública de excelência, além de promover uma cultura governamental baseada nos pilares da transparência e da responsabilidade.

Luís Antônio ainda destacou que o Prêmio **Goiás** Mais Transparente é de extrema importância para a Segov e motivo de muita satisfação para os servidores da pasta. "Entre todos os órgãos públicos, a Segov ter conquistado o 1º lugar em transparência é sinal de que estamos no caminho certo e que temos compromisso com a Administração Pública", enfatizou.

Nós precisamos ser o governo que nós sonhamos. Com essas palavras, o vice-governador do Estado de **Goiás**, Lincoln Tejeta, iniciou o seu discurso durante a premiação. Para ele, a concretização do Prêmio **Goiás** Mais Transparente e do Ranking Programa de Compliance Público representa o desejo de transformação do governador Ronaldo Caiado e de todo o seu secretariado na busca de devolver **Goiás** aos goianos.

Durante o evento, o secretário-chefe da **Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE)**, Henrique Ziller, parabenizou o trabalho realizado pela equipe de inspeção da **CGE**, que tem como função auxiliar os órgãos a realizarem com mais eficácia o processo de licitação, além de destacar as principais competências da **CGE**.

Para o presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, Celmar Rech, o alinhamento dos critérios estabelecidos pela **CGE**, o compromisso do Governo de **Goiás** para alcançar a transparência na gestão pública e a criação do Programa de Compliance são de extrema importância para evitar o desvio do dinheiro público.

Durante a premiação, foi realizada a entrega de troféus, certificações e **concessão** de selo em reconhecimento das entidades que obtiveram nível elevado de transparência pública de acordo com os critérios estabelecidos na legislação.

Sobre o evento

Promovido pela **Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE)**, em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, o evento faz parte da Semana Internacional de Combate à Corrupção, que segue até o dia 11 de dezembro com uma programação diversificada acerca do tema.

A iniciativa tem o intuito de reconhecer os esforços dos órgãos, estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Administração Pública, além de possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e melhoria aos serviços prestados à sociedade.

Ranking de Transparência 2020

Prêmio Transparência Órgãos

1º lugar - Secretaria de Estado do Governo - SEGOV

2º lugar - Diretoria-Geral de Administração Penitenciária - DGAP

3º lugar - Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM

Prêmio Transparência Empresas

1º lugar - Companhia **Celg** de Participações - CELGPAR

2º lugar - **Agência Goiana de Habitação** - **AGEHAB**

3º lugar - Saneamento de **Goiás** - SANEAGO

Prêmio Transparência Demais Poderes

1º lugar - Procuradoria-Geral de Justiça - MPGO

2º lugar - Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** - TJGO

3º lugar - **Tribunal de Contas do Estado** - **TCE**

Ranking Programa de Compliance Público 2020

1º lugar - Fepeg

2º lugar - Saneago

3º lugar - Secretaria de Estado da Economia

4º lugar - Vice-Governadoria

5º lugar - Secretaria de Comunicação

6º lugar - Secretaria de Estado da Casa Civil

7º lugar - **Agência Goiana de Regulação** - **AGR**

8º lugar - Secretaria-Geral da Governadoria

Comunicação Setorial da Secretaria de Estado do Governo (Segov)

Site: <https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/noticias/123982-segov-conquista-1º-lugar-no-prêmio-goiás-mais-transparente.html>

Divulgados vencedores do Compliance Público e do Goiás mais Transparente

O Governo de **Goiás** realizou, na manhã desta quinta-feira (10/12), no auditório Mauro Borges, do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, a divulgação e a premiação dos primeiros colocados na segunda edição dos rankings do Programa de Compliance Público de **Goiás** e do Prêmio **Goiás** mais Transparente.

O evento, que integra a Semana de Combate à Corrupção, teve à frente o vice-governador Lincoln Tejota e o secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), Henrique Ziller, e contou com a participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado**, Celmar Rech; da procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente; e diversos secretários de Estado e dirigentes dos órgãos estaduais.

Lincoln Tejota enfatizou em sua fala que desde o ano passado, quando o Governo de **Goiás**, por meio da **CGE**, implantou o Programa de Compliance Público, é indiscutível como a prática administrativa avançou no Estado. Estamos vivendo um momento de transição na gestão pública, em que o Estado agora está pronto para agir e para responder à população. Eu fico muito feliz de viver o momento que estamos vivendo hoje, em que podemos trabalhar com boas práticas de gestão, implementadas agora, incluindo o Programa de Compliance Público .

Segundo Henrique Ziller, em 2020, a **CGE** promoveu uma economia potencial de R\$ 340 milhões num volume fiscalizado de R\$ 6 bilhões. O nosso ideal, com o Programa de Compliance Público, é no próximo ano não economizar. Não porque nós não queremos que o Estado economize, pelo contrário, o que nós queremos é não encontrar mais nenhum problema nos processos licitatórios. E isso só poderá ser feito quando a gestão de riscos identificar preventivamente esses riscos de problemas nos processos licitatórios, em vez de encontrá-los na inspeção , afirmou Ziller.

Para Celmar Rech, o acordo de cooperação técnica firmado este ano entre o **TCE** e a **CGE** permitiu alinhar e dar transparência a esses critérios de avaliação nos rankings das duas entidades. Para ele, na medida em que o **TCE** consegue permitir que o jurisdicionado conheça os critérios de avaliação, uma atuação pedagógica e acesso ao processo de consulta prévia, tudo isso faz com que o gestor não seja penalizado e o dinheiro público, economizado .

E acrescentou: É aí que se mede a efetividade do controle, e não é no número de sanções de inelegibilidades, por exemplo, porque aí o recurso público já foi desperdiçado. Portanto, participar desse processo de compliance que evita que o recurso público seja desperdiçado é uma obrigação primeira do **TCE**, e ela é concretizada por meio da parceria com a **CGE** e com cada um dos órgãos através de seus controles internos , disse.

O ranking do Programa de Compliance Público (PCP) é um instrumento que mede o esforço de cada órgão do Poder Executivo estadual em implementar os quatro eixos do PCP (ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos). Em 2020, chegaram a 38 os órgãos e entidades que participaram da disputa, e se dedicaram a cumprir os 16 quesitos estabelecidos no edital.

Já o Prêmio **Goiás** mais Transparente teve como objetivo estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da transparência ativa e transparência passiva, pelo atendimento às exigências legais e às melhores práticas de entrega de informações para a sociedade, além de possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria nos serviços prestados pelo Estado à população goiana.

Ranking do PCP

A expectativa da Controladoria-Geral do Estado, organizadora do programa, era que a pontuação do PCP ficasse na média de 60 pontos, mas chegou a 71,9 pontos, considerada muito boa para esse segundo ano da implantação da gestão de riscos e do compliance.

Em razão do distanciamento social, participaram e receberam o troféu do ranking do PCP os oito primeiros colocados entre os 38 órgãos participantes. São eles:

8º Lugar - Secretaria Geral da Governadoria

7º Lugar - **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**)

6º Lugar - Secretaria Casa Civil

5º Lugar - Secretaria de Comunicação

4º Lugar - Vice-Governadoria

3º Lugar - Secretaria da Economia

2º Lugar - Saneamento de **Goiás** (Saneago)

1º Lugar - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**)

Ranking de transparência

O troféu do Prêmio **Goiás** mais Transparente foi entregue aos três primeiros colocados de cada categoria, em razão do distanciamento social. Este ano, a parceria na avaliação das páginas de transparência feita em um mesmo ranking, reunindo os critérios utilizados pelo Governo de **Goiás** e pelo **Tribunal de Contas do Estado**.

Também neste ranking o índice médio foi considerado ótimo, pois das 53 páginas de órgãos estaduais avaliadas, 44 ficaram entre 75 pontos e 100 pontos e receberam o selo da Categoria Ouro - Excelência em Transparência.

Entre os órgãos da administração direta, autarquias e fundações, a colocação foi a seguinte:

3º lugar - Secretaria de Comunicação

2º lugar - Diretoria-Geral de Administração Penitenciária

1º lugar - Secretaria de Estado do Governo

Entre as empresas públicas e sociedades de economia mista, a colocação foi a seguinte:

3º lugar - Saneago

2º lugar - **Agência Goiana de Habitação**

1º lugar - Companhia **Celg** de Participações

Entre os órgãos autônomos, a colocação foi a seguinte:

3º lugar - **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**

2º lugar - Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás**

1º lugar - Ministério Público do Estado de **Goiás**

O prêmio Inovação em Transparência foi dividido entre a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

Também foram premiados com uma placa de homenagem servidores que se destacaram nas atividades de gerenciamento de riscos nos órgãos e entidades do Poder Executivo. Foi um reconhecimento a estes profissionais que fazem a diferença em cada atividade que desempenham e contribuem para a geração dos resultados alcançados em cada uma de suas pastas, ações que criam o verdadeiro valor público para a sociedade.

Para representar os 21 servidores escolhidos, cinco representantes participaram e receberam sua homenagem.

Foram eles:

Coronel BM Claison Alencar Pereira - Corpo de Bombeiros Militar

Heuler Neves De Assis - Detran

Andressa Lisandra Louredo - Ipasgo

Haroldo Paulo Aquegawa - Saneago

Tenente PM Priscilla De Freitas Andrade - Secretaria de Segurança Pública

Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) - Governo de **Goiás**

Site: <https://agenciadoradenoticias.go.gov.br/noticias/123991-divulgados-vencedores-do-compliance-público-e-do-goiás-mais-transparente.html>

Divulgados os vencedores do ranking do Programa de Compliance Público de Goiás e do Goiás mais Transparente

Evento faz parte da Semana de Combate à Corrupção, organizada pelo governo de **Goiás** e premiou, nesta quinta-feira, 10/12, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, os órgãos e entidades que se destacaram ao longo de 2020 na implantação e desenvolvimento de práticas que evidenciam a ética, a transparência e a gestão de riscos, sempre com o foco na melhor prestação de serviços à população goiana

O governo de **Goiás** realizou na manhã desta quinta-feira, 10/12, no auditório Mauro Borges, do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, a divulgação e premiação dos primeiros colocados na segunda edição dos rankings do Programa de Compliance Público de **Goiás** e do Prêmio **Goiás** mais Transparente. O evento, que integra a Semana de Combate à Corrupção, teve à frente o vice-governador Lincoln Tejota e o secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), Henrique Ziller, além da participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado**, Celmar Rech, da Procuradora-Geral do Estado Juliana Prudente e diversos secretários de Estado e dirigentes dos órgãos estaduais.

Lincoln Tejota enfatizou em sua fala que desde o ano passado quando o governo de **Goiás**, por meio da **CGE**, implantou o Programa de Compliance Público, é indiscutível como a prática administrativa avançou no Estado. Estamos vivendo um momento de transição na gestão pública, em que o Estado agora está pronto para agir e para responder à população. Eu fico muito feliz de viver o momento que estamos vivendo hoje, em que podemos trabalhar com boas práticas de gestão, implementadas agora, incluindo o Programa de Compliance Público .

Segundo Henrique Ziller, em 2020 a **CGE** promoveu uma economia potencial de R\$ 340 milhões de reais num volume fiscalizado de R\$ 6 bilhões. O nosso ideal, com o Programa de Compliance Público, é no próximo ano não economizar. Não porque nós não queremos que o Estado economize, pelo contrário, o que nós queremos é não encontrar mais nenhum problema nos processos licitatórios. E isso só poderá ser feito quando a gestão de riscos identificar preventivamente esses riscos de problemas nos processos licitatórios, em vez de encontrá-los na inspeção , afirmou Ziller.

Para Celmar Rech, o acordo de cooperação técnica firmado este ano entre o **TCE** e a **CGE** permitiu alinhar e dar transparência a esses critérios de avaliação nos rankings das duas entidades. Para ele, na medida em que o **TCE** consegue permitir que o jurisdicionado conheça os critérios de avaliação, uma atuação pedagógica e acesso ao processo de consulta prévia, tudo isso faz com que o gestor não seja penalizado e o dinheiro público economizado. É aí que se mede a efetividade do controle, e não é no número de sanções de inabilitações, por exemplo, porque aí o recurso público já foi desperdiçado. Portanto participar desse processo de compliance que evita que o recurso público seja desperdiçado é uma obrigação primeira do **TCE** e ela é concretizada por meio da parceria com a **CGE** e com cada um dos órgãos através de seus controles internos .

O ranking do Programa de Compliance Público (PCP) é um instrumento que mede o esforço de cada órgão do Poder Executivo estadual em implantar os quatro eixos do PCP (ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos). Em 2020, chegaram a 38 os órgãos e entidades que participaram da disputa e se dedicaram a cumprir os 16 quesitos estabelecidos no edital.

Já o Prêmio **Goiás** mais Transparente teve como objetivo estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da transparência ativa e transparência passiva, pelo atendimento às exigências legais e às melhores práticas de entrega de informações para a sociedade, além de possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria nos serviços prestados pelo Estado à população goiana.

Ranking do PCP

A expectativa da Controladoria-Geral do Estado, organizadora do programa, era que a pontuação do PCP ficasse na média de 60 pontos, mas chegou a 71,9 pontos, considerada muito boa para esse segundo ano da implantação da gestão de riscos e do compliance. Em razão do distanciamento social, participaram e receberam o troféu do ranking do PCP os oito primeiros colocados entre os 38 órgãos participantes. São eles:

8º Lugar - Secretaria Geral da Governadoria

7º Lugar - **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**)

6º Lugar - Secretaria Casa Civil

5º Lugar - Secretaria de Comunicação

4º Lugar - Vice-Governadoria

3º Lugar - Secretaria da Economia

2º Lugar - Saneamento de **Goiás** (Saneago)

1º Lugar - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**)

Ranking de transparência

O troféu do Prêmio **Goiás** mais Transparente foi entregue aos três primeiros colocados de cada categoria, em razão do distanciamento social. Este ano, a parceria na avaliação das páginas de transparência feita em um mesmo ranking, reunindo os critérios utilizados pelo Governo de **Goiás** e pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Também neste ranking o índice médio foi considerado ótimo, pois das 53 páginas de órgãos estaduais avaliadas, 44 ficaram entre 75 pontos e 100 pontos e receberam o selo da Categoria Ouro - Excelência em Transparência

Entre os órgãos da administração direta, autarquias e fundações, a colocação foi a seguinte:

3º lugar - Secretaria de Comunicação

2º lugar - Diretoria-Geral de Administração Penitenciária

1º lugar - Secretaria de Estado do Governo

Entre as empresas públicas e sociedades de economia mista, a colocação foi a seguinte:

3º lugar - Saneago

2º lugar - **Agência Goiana de Habitação**

1º lugar - Companhia **Celg** de Participações

Entre os órgãos autônomos, a colocação foi a seguinte:

3º lugar - **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**

2º lugar - Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás**

1º lugar - Ministério Público do Estado de **Goiás**

O prêmio Inovação em Transparência foi dividido entre a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

Também foram premiados com uma placa de homenagem os proprietários de risco cinco servidores que se destacaram nas atividades de gerenciamento de riscos nos órgãos e entidades do Poder Executivo. Foi um reconhecimento a estes profissionais que fazem a diferença em cada atividade que desempenham e contribuem para a geração dos resultados alcançados em cada uma de suas pastas, ações que criam o verdadeiro valor público para a sociedade. Para representar os 21 servidores escolhidos, cinco representantes participaram e receberam sua homenagem. Foram eles:

Coronel BM Claison Alencar Pereira - Corpo de Bombeiros Militar

Heuler Neves De Assis - Detran

Andressa Lisandra Louredo - Ipasgo

Haroldo Paulo Aquegawa - Saneago

Tenente PM Priscilla De Freitas Andrade - Secretaria de Segurança Pública

Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) - Governo de **Goiás**

Site: <http://www.controladoria.go.gov.br/cge/noticias/23818-divulgados-os-vencedores-do-ranking-do-programa-de-compliance-publico-de-goias-e-do-goias-mais-transparente>

Aprovada lei que obriga implantação de Compliance em empresas com contrato com Estado

A Assembleia Legislativa aprovou nesta quarta-feira (9), em segunda e definitiva votação, o projeto que obriga empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que tiverem contrato com o governo estadual, a implantarem um Programa de Integridade, chamado de Compliance.

Pelo texto aprovado, o programa será exigido em casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência. Aplica-se às obras e serviços de engenharia com valores maiores que R\$ 3,3 milhões e para as demais compras e serviços com valores superiores e R\$ 1,43 milhão.

Pequenas e microempresas terão tratamento diferenciado, segundo o governo, a partir de ato do governador Ronaldo Caiado.

Os demais poderes do estado, além de Ministério Público de Goiás, Defensoria Pública estadual, **Tribunal de Contas do Estado** e Tribunal de Contas dos Municípios podem aderir à lei editando ato próprio.

Foi revogada uma lei de 2019 que tratava do mesmo tema, mas, conforme a Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), tinha pontos falhos.

Segundo o governo, o Compliance deve assegurar a conformidade das contratações públicas aos padrões morais e legais, além de garantir eficiência no uso de recursos públicos. A lei também seria uma forma de proteger a administração de atos lesivos por desvios de conduta e fraudes contratuais.

O Programa de Integridade das empresas deverá contar com requisitos como o comprometimento formal da alta direção da pessoa jurídica, promoção da cultura ética e existência de código de ética com padrões de conduta, criação de página na internet com informações detalhadas da participação em processos licitatórios e da execução dos contratos. Deverá conter também canais de denúncia de irregularidades, abertos a funcionários e terceiros, medidas disciplinares em caso de violação e implementação de programa de gestão de riscos, entre outros pontos.

A avaliação dos programas nas relações contratuais com o Poder Executivo será definida em ato conjunto da **CGE** e Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelos órgãos jurídicos e de controle interno nos demais poderes. O não cumprimento do programa implicará em multa, rescisão contratual e impossibilidade de contratação da empresa com a administração pública de Goiás por dois anos.

Site: <https://diariodegoias.com.br/aprovada-lei-que-obriga-implantacao-de-compliance-em-empresas-com-contrato-com-estado/>

Confira o ranking do Programa de Compliance Público e do Goiás mais Transparente

Redação

Na manhã desta quinta-feira, 10, no auditório Mauro Borges, do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, o Governo de **Goiás** realizou divulgação e a premiação dos primeiros colocados na segunda edição dos rankings do Programa de Compliance Público de **Goiás** e do Prêmio **Goiás** mais Transparente. O evento integra a semana de combate a corrupção e teve à frente o vice-governador Lincoln Tejota e o secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), Henrique Ziller. Participaram ainda o presidente do **Tribunal de Contas do Estado**, Celmar Rech; da procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente; e diversos secretários de Estado e dirigentes dos órgãos estaduais.

Lincoln Tejota reforçou em sua fala que "desde o ano passado, quando o Governo de **Goiás**, por meio da **CGE**, implantou o Programa de Compliance Público, é indiscutível como a prática administrativa avançou no Estado. Estamos vivendo um momento de transição na gestão pública, em que o Estado agora está pronto para agir e para responder à população. Eu fico muito feliz de viver o momento que estamos vivendo hoje, em que podemos trabalhar com boas práticas de gestão, implementadas agora, incluindo o Programa de Compliance Público".

Conforme Henrique Ziller, em 2020, a **CGE** realizou uma economia potencial de R\$ 340 milhões num volume fiscalizado de R\$ 6 bilhões. "O nosso ideal, com o Programa de Compliance Público, é no próximo ano não economizar. Não porque nós não queremos que o Estado economize, pelo contrário, o que nós queremos é não encontrar mais nenhum problema nos processos licitatórios. E isso só poderá ser feito quando a gestão de riscos identificar preventivamente esses riscos de problemas nos processos licitatórios, em vez de encontrá-los na inspeção", declarou Ziller.

Segundo Celmar Rech, o acordo de cooperação técnica, firmado este ano, entre o **TCE** e a **CGE** possibilitou alinhar e dar transparência a esses critérios de avaliação nos rankings das duas entidades. De acordo com ele, "na medida em que o **TCE** consegue permitir que o jurisdicionado conheça os critérios de avaliação, uma atuação pedagógica e acesso ao processo de consulta prévia, tudo isso faz com que o gestor não seja penalizado e o dinheiro público, economizado". E complementou: "É aí que se mede a efetividade do controle, e não é no número de sanções de inelegibilidades, por exemplo, porque aí o recurso público já foi desperdiçado. Portanto, participar desse processo de compliance que evita que o recurso público seja desperdiçado é uma obrigação primeira do **TCE**, e ela é concretizada por meio da parceria com a **CGE** e com cada um dos órgãos através de seus controles internos", disse.

O ranking do Programa de Compliance Público (PCP) mede o esforço de cada órgão do Poder Executivo estadual em implementar os quatro eixos do PCP (ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos). Em 2020, 38 órgãos e entidades participaram da disputa, e se dedicaram a cumprir os 16 quesitos estabelecidos no edital.

Já o Prêmio **Goiás** mais Transparente objetivou estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da transparência ativa e transparência passiva.

Ranking do PCP

Em razão do distanciamento social, participaram e receberam o troféu do ranking do PCP os oito primeiros colocados entre os 38 órgãos participantes. São eles:

8º Lugar - Secretaria Geral da Governadoria

7º Lugar - **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**)

6º Lugar - Secretaria Casa Civil

5º Lugar - Secretaria de Comunicação

4º Lugar - Vice-Governadoria

3º Lugar - Secretaria da Economia

2º Lugar - Saneamento de **Goiás** (Saneago)

1º Lugar - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**)

Ranking de transparência

O troféu do Prêmio **Goiás** mais Transparente foi entregue aos três primeiros colocados de cada categoria, em razão do distanciamento social.

Entre os órgãos da administração direta, autarquias e fundações, a colocação foi a seguinte:

3º lugar - Secretaria de Comunicação

2º lugar - Diretoria-Geral de Administração Penitenciária

1º lugar - Secretaria de Estado do Governo

Entre as empresas públicas e sociedades de economia mista, a colocação foi a seguinte:

3º lugar - Saneago

2º lugar - **Agência Goiana de Habitação**

1º lugar - Companhia **Celg** de Participações

Entre os órgãos autônomos, a colocação foi a seguinte:

3º lugar - **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**

2º lugar - Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás**

1º lugar - Ministério Público do Estado de **Goiás**

O prêmio Inovação em Transparência foi dividido entre a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

Foram premiados, com uma placa de homenagem, servidores que se destacaram nas atividades de gerenciamento de riscos nos órgãos e entidades do Poder Executivo. Para representar os 21 servidores escolhidos, cinco representantes participaram e receberam sua homenagem.

Foram eles:

Coronel BM Claison Alencar Pereira - Corpo de Bombeiros Militar

Heuler Neves De Assis - Detran

Andressa Lisandra Louredo - Ipasgo

Haroldo Paulo Aquegawa - Saneago

Tenente PM Priscilla De Freitas Andrade - Secretaria de Segurança Pública

Tags: **Goiás** mais Transparente Programa de Compliance Público

Site: <https://diariodoestadogo.com.br/confira-o-ranking-do-programa-de-compliance-publico-e-do-goias-mais-transparente-84019/>

Empresas que contratarem com o Estado terão que implantar programa de integridade

A Assembleia Legislativa aprovou nesta quarta-feira (09/12), em segunda e definitiva votação, o Projeto de Lei nº 6311/2019, de autoria da Governadoria, que cria a obrigatoriedade de Programa de Integridade (Compliance) para as empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que celebrarem contratos com o Poder Executivo. Caberá aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria Pública estadual, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás editarem ato próprio para aderir ao texto aprovado.

O Programa de Integridade será exigido para os casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias e valores acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência. Assim, aplica-se às obras e serviços de engenharia com valores maiores que R\$ 3,3 milhões e para as demais compras e serviços com valores superiores a R\$ 1,43 milhão. Será conferido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte a partir de ato do governador do Estado, observados os termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

O projeto também revoga a Lei 20.489/2019, que tratava do mesmo assunto e que apresentava pontos falhos, no entendimento da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), que coordenou o trabalho. Para a construção da redação do projeto de lei, a **CGE** recebeu contribuições do Conselho Regional de Administração (CRA-GO), Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás (OAB-GO), Conselho Regional de Economia (Corecon-GO) e profissionais da área de integridade e de compliance. A lei entra em vigor 120 dias após a sanção do governador Ronaldo Caiado e publicação no Diário Oficial do Estado.

Objetivo

A exigência da implantação do Programa de Integridade tem o objetivo de assegurar a conformidade das contratações públicas aos padrões morais e legais e garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos. É uma forma moderna de proteger a administração pública de atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por desvios de conduta e fraudes contratuais, além de garantir a boa execução dos contratos, reduzir riscos e promover maior segurança e transparência em suas execuções.

O Programa de Integridade das empresas deverá contar com requisitos como o comprometimento formal da alta direção da pessoa jurídica, promoção da cultura ética e existência de código de ética com padrões de conduta, criação de página na internet com informações detalhadas da participação em processos licitatórios e da execução dos contratos. Deverá conter também canais de denúncia de irregularidades, abertos a funcionários e terceiros, medidas disciplinares em caso de violação e implementação de programa de gestão de riscos, entre outros pontos.

A avaliação dos programas nas relações contratuais com o Poder Executivo será definida em ato conjunto da **CGE** e Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelos órgãos jurídicos e de controle interno nos demais poderes. O não cumprimento do programa implicará em multa, rescisão contratual e impossibilidade de contratação da empresa com a administração pública de Goiás por dois anos.

Fonte: Controladoria-Geral do Estado

Site: <http://www.goias.gov.br/servico/123731-empresas-que-contratarem-com-o-estado-terao-que-implantar-programa-de-integridade.html>

Segov conquista 1º lugar no Prêmio Goiás Mais Transparente

A Secretaria do Governo (Segov) é primeiro lugar no Ranking da Transparência, entre todos os órgãos da Administração Pública. A premiação foi entregue na manhã desta quinta-feira (10), durante a solenidade da 2ª edição do Prêmio **Goiás** Mais Transparente e do Ranking Programa de Compliance Público 2020, no auditório Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Para o chefe de gabinete da Segov, Luís Antônio Siqueira de Paiva, que representou o secretário Ernesto Roller no evento, a premiação reafirma o compromisso do Governo de **Goiás** na busca por uma gestão pública de excelência, além de promover uma cultura governamental baseada nos pilares da transparência e da responsabilidade.

Luís Antônio ainda destacou que o Prêmio **Goiás** Mais Transparente é de extrema importância para a Segov e motivo de muita satisfação para os servidores da pasta. "Entre todos os órgãos públicos, a Segov ter conquistado o 1º lugar em transparência é sinal de que estamos no caminho certo e que temos compromisso com a Administração Pública", enfatizou.

Nós precisamos ser o governo que nós sonhamos. Com essas palavras, o vice-governador do Estado de **Goiás**, Lincoln Tejeta, iniciou o seu discurso durante a premiação. Para ele, a concretização do Prêmio **Goiás** Mais Transparente e do Ranking Programa de Compliance Público representa o desejo de transformação do governador Ronaldo Caiado e de todo o seu secretariado na busca de devolver **Goiás** aos goianos.

Durante o evento, o secretário-chefe da **Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE)**, Henrique Ziller, parabenizou o trabalho realizado pela equipe de inspeção da **CGE**, que tem como função auxiliar os órgãos a realizarem com mais eficácia o processo de licitação, além de destacar as principais competências da **CGE**.

Para o presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, Celmar Rech, o alinhamento dos critérios estabelecidos pela **CGE**, o compromisso do Governo de **Goiás** para alcançar a transparência na gestão pública e a criação do Programa de Compliance são de extrema importância para evitar o desvio do dinheiro público.

Durante a premiação, foi realizada a entrega de troféus, certificações e **concessão** de selo em reconhecimento das entidades que obtiveram nível elevado de transparência pública de acordo com os critérios estabelecidos na legislação.

Sobre o evento

Promovido pela **Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE)**, em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, o evento faz parte da Semana Internacional de Combate à Corrupção, que segue até o dia 11 de dezembro com uma programação diversificada acerca do tema.

A iniciativa tem o intuito de reconhecer os esforços dos órgãos, estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Administração Pública, além de possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e melhoria aos serviços prestados à sociedade.

Ranking de Transparência 2020

Prêmio Transparência Órgãos

1º lugar - Secretaria de Estado do Governo - SEGOV

2º lugar - Diretoria-Geral de Administração Penitenciária - DGAP

3º lugar - Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM

Prêmio Transparência Empresas

1º lugar - Companhia **Celg** de Participações - CELGPAR

2º lugar - **Agência Goiana de Habitação - AGEHAB**

3º lugar - Saneamento de **Goiás** - SANEAGO

Prêmio Transparência Demais Poderes

1º lugar - Procuradoria-Geral de Justiça - MPGO

2º lugar - Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** - TJGO

3º lugar - **Tribunal de Contas do Estado - TCE**

Ranking Programa de Compliance Público 2020

1º lugar - Fepeg

2º lugar - Saneago

3º lugar - Secretaria de Estado da Economia

4º lugar - Vice-Governadoria

5º lugar - Secretaria de Comunicação

6º lugar - Secretaria de Estado da Casa Civil

7º lugar - **Agência Goiana de Regulação - AGR**

8º lugar - Secretaria-Geral da Governadoria

Comunicação Setorial da Secretaria de Estado do Governo (Segov)

Site: <http://www.goias.gov.br/servico/84-gestao/123733-segov-conquista-1o-lugar-no-premio-goias-mais-transparente.html>

Empresas que contratarem com o Estado terão que implantar programa de integridade.

A Assembleia Legislativa aprovou nesta quarta-feira (09/12), em segunda e definitiva votação, o Projeto de Lei nº 6311/2019, de autoria da Governadoria, que cria a obrigatoriedade de Programa de Integridade (Compliance) para as empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que celebrarem contratos com o Poder Executivo. Caberá aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria Pública estadual, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás editarem ato próprio para aderir ao texto aprovado.

O Programa de Integridade será exigido para os casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias e valores acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência. Assim, aplica-se às obras e serviços de engenharia com valores maiores que R\$ 3,3 milhões e para as demais compras e serviços com valores superiores a R\$ 1,43 milhão. Será conferido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte a partir de ato do governador do Estado, observados os termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

O projeto também revoga a Lei 20.489/2019, que tratava do mesmo assunto e que apresentava pontos falhos, no entendimento da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), que coordenou o trabalho. Para a construção da redação do projeto de lei, a **CGE** recebeu contribuições do Conselho Regional de Administração (CRA-GO), Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás (OAB-GO), Conselho Regional de Economia (Corecon-GO) e profissionais da área de integridade e de compliance. A lei entra em vigor 120 dias após a sanção do governador Ronaldo Caiado e publicação no Diário Oficial do Estado.

Objetivo

A exigência da implantação do Programa de Integridade tem o objetivo de assegurar a conformidade das contratações públicas aos padrões morais e legais e garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos. É uma forma moderna de proteger a administração pública de atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por desvios de conduta e fraudes contratuais, além de garantir a boa execução dos contratos, reduzir riscos e promover maior segurança e transparência em suas execuções.

O Programa de Integridade das empresas deverá contar com requisitos como o comprometimento formal da alta direção da pessoa jurídica, promoção da cultura ética e existência de código de ética com padrões de conduta, criação de página na internet com informações detalhadas da participação em processos licitatórios e da execução dos contratos. Deverá conter também canais de denúncia de irregularidades, abertos a funcionários e terceiros, medidas disciplinares em caso de violação e implementação de programa de gestão de riscos, entre outros pontos.

A avaliação dos programas nas relações contratuais com o Poder Executivo será definida em ato conjunto da **CGE** e Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelos órgãos jurídicos e de controle interno nos demais poderes. O não cumprimento do programa implicará em multa, rescisão contratual e impossibilidade de contratação da empresa com a administração pública de Goiás por dois anos.

Fonte: Controladoria-Geral do Estado

Site: <https://goiasemcena.com.br/empresas-que-contratarem-com-o-estado-terao-que-implantar-programa-de-integridade/>

10/12/2020-Goiás-Segov conquista 1º lugar no Prêmio Goiás Mais Transparente

imprensa

A premiação foi entregue nesta quinta-feira (10), na solenidade da 2ª edição do Prêmio **Goiás** Mais Transparente e do Ranking Programa de Compliance Público 2020, no auditório Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

A Secretaria do Governo (Segov) é primeiro lugar no Ranking da Transparência, entre todos os órgãos da Administração Pública. A premiação foi entregue na manhã desta quinta-feira (10), durante a solenidade da 2ª edição do Prêmio **Goiás** Mais Transparente e do Ranking Programa de Compliance Público 2020, no auditório Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Para o chefe de gabinete da Segov, Luís Antônio Siqueira de Paiva, que representou o secretário Ernesto Roller no evento, a premiação reafirma o compromisso do Governo de **Goiás** na busca por uma gestão pública de excelência, além de promover uma cultura governamental baseada nos pilares da transparência e da responsabilidade.

Luís Antônio ainda destacou que o Prêmio **Goiás** Mais Transparente é de extrema importância para a Segov e motivo de muita satisfação para os servidores da pasta. "Entre todos os órgãos públicos, a Segov ter conquistado o 1º lugar em transparência é sinal de que estamos no caminho certo e que temos compromisso com a Administração Pública", enfatizou.

"Nós precisamos ser o governo que nós sonhamos". Com essas palavras, o vice-governador do Estado de **Goiás**, Lincoln Tejeta, iniciou o seu discurso durante a premiação. Para ele, a concretização do Prêmio **Goiás** Mais Transparente e do Ranking Programa de Compliance Público representa o desejo de transformação do governador Ronaldo Caiado e de todo o seu secretariado na busca de devolver **Goiás** aos goianos.

Durante o evento, o secretário-chefe da **Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE)**, Henrique Ziller, parabenizou o trabalho realizado pela equipe de inspeção da **CGE**, que tem como função auxiliar os órgãos a realizarem com mais eficácia o processo de licitação, além de destacar as principais competências da **CGE**.

Para o presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, Celmar Rech, o alinhamento dos critérios estabelecidos pela **CGE**, o compromisso do Governo de **Goiás** para alcançar a transparência na gestão pública e a criação do Programa de Compliance são de extrema importância para evitar o desvio do dinheiro público.

Durante a premiação, foi realizada a entrega de troféus, certificações e **concessão** de selo em reconhecimento das entidades que obtiveram nível elevado de transparência pública de acordo com os critérios estabelecidos na legislação.

Sobre o evento

Promovido pela **Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE)**, em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, o evento faz parte da Semana Internacional de Combate à Corrupção, que segue até o dia 11 de dezembro com uma programação diversificada acerca do tema.

A iniciativa tem o intuito de reconhecer os esforços dos órgãos, estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Administração Pública, além de possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e melhoria aos serviços prestados à sociedade.

Prêmio Transparência Órgãos

- 1º lugar - Secretaria de Estado do Governo - SEGOV
- 2º lugar - Diretoria-Geral de Administração Penitenciária - DGAP
- 3º lugar - Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM

Prêmio Transparência Empresas

- 1º lugar - Companhia **Celg** de Participações - CELGPAR
- 2º lugar - **Agência Goiana de Habitação - AGEHAB**
- 3º lugar - Saneamento de **Goiás** - SANEAGO

Prêmio Transparência Demais Poderes

- 1º lugar - Procuradoria-Geral de Justiça - MPMO
- 2º lugar - Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** - TJGO
- 3º lugar - **Tribunal de Contas do Estado - TCE**

Ranking Programa de Compliance Público 2020

- 1º lugar - Fepeg
- 2º lugar - Saneago
- 3º lugar - Secretaria de Estado da Economia
- 4º lugar - Vice-Governadoria
- 5º lugar - Secretaria de Comunicação
- 6º lugar - Secretaria de Estado da Casa Civil
- 7º lugar - **Agência Goiana de Regulação - AGR**
- 8º lugar - Secretaria-Geral da Governadoria

Comunicação Setorial da Secretaria de Estado do Governo (Segov)

Site: <http://imprensaja.com.br/portal/10-12-2020-goias-segov-conquista-1o-lugar-no-premio-goias-mais-transparente/>

10/12/2020-Goiás-Empresas terão que implantar programa de integridade

imprensaja

Deputados estaduais aprovaram projeto de lei que determina que empresa que contratar com **Governo de Goiás** crie e implante, internamente, programa de integridade. Será obrigatório para obras de engenharia com valor superior a R\$ 3,3 milhões e para compras e serviços maiores que R\$ 1,43 milhão

O Programa de Integridade será exigido para os casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias e valores acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência (Foto: Divulgação)

A Assembleia Legislativa aprovou nesta quarta-feira (09/12), em segunda e definitiva votação, o Projeto de Lei nº 6311/2019, de autoria da Governadoria, que cria a obrigatoriedade de Programa de Integridade (Compliance) para as empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que celebrarem contratos com o Poder Executivo. Caberá aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria Pública estadual, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás editarem ato próprio para aderir ao texto aprovado.

O Programa de Integridade será exigido para os casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias e valores acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência. Assim, aplica-se às obras e serviços de engenharia com valores maiores que R\$ 3,3 milhões e para as demais compras e serviços com valores superiores a R\$ 1,43 milhão. Será conferido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte a partir de ato do governador do Estado, observados os termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

O projeto também revoga a Lei 20.489/2019, que tratava do mesmo assunto e que apresentava pontos falhos, no entendimento da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), que coordenou o trabalho. Para a construção da redação do projeto de lei, a **CGE** recebeu contribuições do Conselho Regional de Administração (CRA-GO), Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás (OAB-GO), Conselho Regional de Economia (Corecon-GO) e profissionais da área de integridade e de compliance. A lei entra em vigor 120 dias após a sanção do governador Ronaldo Caiado e publicação no Diário Oficial do Estado.

Objetivo

A exigência da implantação do Programa de Integridade tem o objetivo de assegurar a conformidade das contratações públicas aos padrões morais e legais e garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos. É uma forma moderna de proteger a administração pública de atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por desvios de conduta e fraudes contratuais, além de garantir a boa execução dos contratos, reduzir riscos e promover maior segurança e transparência em suas execuções.

O Programa de Integridade das empresas deverá contar com requisitos como o comprometimento formal da alta direção da pessoa jurídica, promoção da cultura ética e existência de código de ética com padrões de conduta, criação de página na internet com informações detalhadas da participação em processos licitatórios e da execução dos contratos. Deverá conter também canais de denúncia de irregularidades, abertos a funcionários e terceiros, medidas disciplinares em caso de violação e implementação de programa de gestão de riscos, entre outros pontos.

A avaliação dos programas nas relações contratuais com o Poder Executivo será definida em ato conjunto da **CGE** e Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelos órgãos jurídicos e de controle interno nos demais poderes. O não cumprimento do programa implicará em multa, rescisão contratual e impossibilidade de contratação da empresa com a administração pública de Goiás por dois anos.

Fonte: Controladoria-Geral do Estado

Site: <http://imprensaja.com.br/portal/10-12-2020-goias-empresas-terao-que-implantar-programa-de-integridade/>

Empresas que contratarem com o Estado terão de implantar compliance

A Assembleia Legislativa aprovou nesta quarta-feira (09/12), em segunda e definitiva votação, o Projeto de Lei nº 6311/2019, de autoria da Governadoria, que cria a obrigatoriedade de Programa de Integridade (Compliance) para as empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que celebrarem contratos com o Poder Executivo. Caberá aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria Pública estadual, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás editarem ato próprio para aderir ao texto aprovado.

O Programa de Integridade será exigido para os casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias e valores acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência. Assim, aplica-se às obras e serviços de engenharia com valores maiores que R\$ 3,3 milhões e para as demais compras e serviços com valores superiores a R\$ 1,43 milhão. Será conferido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte a partir de ato do governador do Estado, observados os termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Vigência

O projeto também revoga a Lei 20.489/2019, que tratava do mesmo assunto e que apresentava pontos falhos, no entendimento da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), que coordenou o trabalho. Para a construção da redação do projeto de lei, a **CGE** recebeu contribuições do Conselho Regional de Administração (CRA-GO), Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás (OAB-GO), Conselho Regional de Economia (Corecon-GO) e profissionais da área de integridade e de compliance. A lei entra em vigor 120 dias após a sanção do governador Ronaldo Caiado e publicação no Diário Oficial do Estado.

A exigência da implantação do Programa de Integridade tem o objetivo de assegurar a conformidade das contratações públicas aos padrões morais e legais e garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos. É uma forma moderna de proteger a administração pública de atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por desvios de conduta e fraudes contratuais, além de garantir a boa execução dos contratos, reduzir riscos e promover maior segurança e transparência em suas execuções.

Requisitos

O Programa de Integridade das empresas deverá contar com requisitos como o comprometimento formal da alta direção da pessoa jurídica, promoção da cultura ética e existência de código de ética com padrões de conduta, criação de página na internet com informações detalhadas da participação em processos licitatórios e da execução dos contratos. Deverá conter também canais de denúncia de irregularidades, abertos a funcionários e terceiros, medidas disciplinares em caso de violação e implementação de programa de gestão de riscos, entre outros pontos.

A avaliação dos programas nas relações contratuais com o Poder Executivo será definida em ato conjunto da **CGE** e Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelos órgãos jurídicos e de controle interno nos demais poderes. O não cumprimento do programa implicará em multa, rescisão contratual e impossibilidade de contratação da empresa com a administração pública de Goiás por dois anos. (Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) - **Governo de Goiás**)

Site: <https://portalcontexto.com/empresas-que-contratarem-com-o-estado-terao-de-implantar-compliance/>

"Em Goiás, o combate à corrupção tem jeito", diz Caiado durante lançamento do Plano Estadual de Integridade

Protocolo de intenções assinado avaliza parceria entre Poderes e órgãos públicos independentes no Estado para instituir programas de fomento à integridade, à transparência e à ética, de maneira constante e interinstitucional. "Essa é uma marca nossa para dizer ao cidadão que ele receberá saúde, segurança, educação de qualidade, mas sem ter que sequestrar dinheiro dos prefeitos, como foi feito durante muito tempo", destaca governador

O governador Ronaldo Caiado liderou, nesta quarta-feira (09/12) em que se celebra o Dia Internacional de Combate à Corrupção, o processo que culminou com a assinatura do protocolo de intenções que institui o Plano Estadual de Integridade do Estado de **Goiás**. Além do Executivo, são signatários do documento os titulares dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como dos órgãos constitucionais autônomos do Estado - Ministério Público Estadual (MPE), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e a Defensoria Pública Estadual (DPE).

"Em **Goiás**, o combate à corrupção tem jeito, tem como ser implantado e é possível colher resultados", afirmou o governador durante a solenidade, realizada no Palácio Pedro Ludovico e que oficializou a parceria. "Essa é uma marca nossa para dizer ao cidadão que ele receberá saúde, segurança, educação de qualidade. Mas sem ter que sequestrar dinheiro dos prefeitos, como foi feito durante muito tempo, sem programas pedagógicos e sem maquiagem nas contas", assegurou Caiado.

Para o governador, o protocolo assinado provavelmente se tornará um exemplo do compliance mais amplo do País, já que reúne todos os poderes e órgãos públicos independentes do Estado. O líder do Executivo citou alguns dados referentes ao tema e falou das medidas tomadas.

Segundo ele, existem atualmente 1,4 mil processos disciplinares e de sindicância abertos no Executivo. Desse total, 300 são passíveis de serem solucionados via termo de ajustamento de conduta (TAC), pois englobam crimes de pequeno potencial lesivo. "Aliviamos, assim, o custo de R\$ 100 mil, por cada processo. Temos um resultado rápido e que não cria situações de procrastinação", explicou, ao informar que a Secretaria de Estado da Economia foi a primeira pasta a aderir ao projeto.

Plano Estadual de Integridade

De acordo com o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, responsável no governo pela condução da iniciativa, o Plano Estadual de Integridade é um esforço conjunto e integrado, capitaneado pelo governador Ronaldo Caiado, no sentido de instituir programas, projetos e ações de fomento à integridade, à transparência e à ética pública, no âmbito de cada Poder e órgão constitucional goiano, respeitadas a autonomia e a independência dos signatários.

Em discurso, Ziller disse que o processo começou a partir da política de compliance no Executivo, implementada em 2019, e da posterior integração do Governo de **Goiás** ao projeto Integridade nos Estados Brasileiros, da organização não governamental (ONG) Transparência Internacional/Brasil. Apenas seis unidades federativas participam do projeto.

"A intenção de um programa de compliance é qualificar de tal maneira o gasto público para que realmente cumpra os seus objetivos, ou seja, que as políticas públicas sejam bem executadas", assinalou o controlador-geral.

Um dos parceiros nessa tarefa, o Tribunal de Justiça (TJ) tem dado sua parcela de contribuição para que

Goiás alcance o objetivo de eliminar todo e qualquer resquício de corrupção que havia no Estado. O representante do presidente do TJ no evento, Guilherme Guttemberg, citou a reativação do Núcleo de Combate ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro, e a criação recente da 2ª vara para recuperar dividendos [desviados] como exemplo de ações que convergem com as metas do Plano Estadual de Integridade.

A matéria, aliás, já passou em primeira votação na Assembleia Legislativa, informou o presidente da Casa, deputado estadual Lissauer Vieira. "Vivemos um momento de transformação na política, de transparência", opinou, ao reforçar a cooperação e o alinhamento que existem entre todos os poderes desde 2019. "Queremos levar o Estado de **Goiás** aos melhores índices e patamares, não só de entregas, melhorias e benefícios para a população, mas também de transparência, credibilidade e trabalho sério, como tem sido até agora a marca do governador", complementou.

O vice-governador Lincoln Tejota compartilha da mesma opinião de que Caiado não é apenas um expoente de boas práticas políticas em **Goiás**, mas em todo o País. "Não estamos aqui fazendo favor; estamos, na verdade, devolvendo uma ferramenta para a população", acrescentou.

Parceria

Presidente do TCM, Joaquim de Castro se disse entusiasta do programa. "Vamos lutar diuturnamente para sermos mais eficientes, íntegros, éticos e transparentes. O governo materializou esse anseio de todos", afirmou.

O presidente do **TCE**, Celmar Rech, ressaltou que ações de integridade, compliance e transparência devem ser constantes no dia a dia dos chefes de poderes e órgãos. Assim, frisou, é possível tirar o Estado do déficit estrutural e financeiro, já que a corrupção e práticas ruins em que perduram erros, atrasos e má gestão oneram o governo. "Continue firme, governador, nesse propósito de equilibrar esse Estado que a sociedade goiana haverá de reconhecer."

A parceria interinstitucional foi elogiada pelo defensor público do Estado, Domilson Rabelo. "Somos um conjunto de gestores, mas focados no mesmo propósito. Esse é o grande extrato do que se representa hoje. Juntos, responsáveis, primando pela transparência, eficiência, crescimento e equilíbrio", listou.

"Estávamos acostumados a ver na história do Executivo muito mais retórica do que entrega. Agora não, há ações. É motivo de muito orgulho iniciar [aqui] o dia de comemoração ao combate à corrupção", destacou o procurador-geral de Justiça, Ailton Vecchi, ao elogiar o governador Ronaldo Caiado pela iniciativa e mudança de postura verificada no Governo de **Goiás** de 2019 para cá.

A carta de intenções assinada determina, ainda, o compartilhamento de apoio técnico na elaboração e implementação dos programas, projetos e ações e de recursos organizacionais, voltados à capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional de servidores. Embora envolva o planejamento e a execução de ações conjuntas por um período de 24 meses, o protocolo não envolve nenhum tipo de repasse de recursos financeiros ou materiais entre seus signatários, cabendo a cada um a responsabilidade por eventuais despesas.

Estiveram presentes no evento a procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente; os secretários de Estado Adriano da Rocha Lima (Geral da Governadoria), Bruno D'Abadia (Administração), Adonídio Neto Vieira Júnior (Indústria, Comércio e Serviços), coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar); o presidente da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), Pedro Sales; o representante do Fórum Permanente de Combate à Corrupção em **Goiás**, Paulo Henrique Nogueira; e o prefeito eleito de Minaçu, Carlos Alberto Lereia.

Site: <https://www.correiodopovogo.com.br/2020/12/10/em-goias-o-combate-a-corrupcao-tem-jeito-diz-caiado-durante-lancamento-do-plano-estadual-de-integridade/>

Empresas que contratarem com o Estado terão que implantar programa de integridade

Editor

Deputados estaduais aprovaram projeto de lei que determina que empresa que contratar com **Governo de Goiás** crie e implante, internamente, programa de integridade. Será obrigatório para obras de engenharia com valor superior a R\$ 3,3 milhões e para compras e serviços maiores que R\$ 1,43 milhão

A Assembleia Legislativa aprovou nesta quarta-feira (09/12), em segunda e definitiva votação, o Projeto de Lei nº 6311/2019, de autoria da Governadoria, que cria a obrigatoriedade de Programa de Integridade (Compliance) para as empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que celebrarem contratos com o Poder Executivo. Caberá aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria Pública estadual, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás editarem ato próprio para aderir ao texto aprovado.

O Programa de Integridade será exigido para os casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias e valores acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência. Assim, aplica-se às obras e serviços de engenharia com valores maiores que R\$ 3,3 milhões e para as demais compras e serviços com valores superiores a R\$ 1,43 milhão. Será conferido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte a partir de ato do governador do Estado, observados os termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

O projeto também revoga a Lei 20.489/2019, que tratava do mesmo assunto e que apresentava pontos falhos, no entendimento da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), que coordenou o trabalho. Para a construção da redação do projeto de lei, a **CGE** recebeu contribuições do Conselho Regional de Administração (CRA-GO), Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás (OAB-GO), Conselho Regional de Economia (Corecon-GO) e profissionais da área de integridade e de compliance. A lei entra em vigor 120 dias após a sanção do governador Ronaldo Caiado e publicação no Diário Oficial do Estado.

Objetivo

A exigência da implantação do Programa de Integridade tem o objetivo de assegurar a conformidade das contratações públicas aos padrões morais e legais e garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos. É uma forma moderna de proteger a administração pública de atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por desvios de conduta e fraudes contratuais, além de garantir a boa execução dos contratos, reduzir riscos e promover maior segurança e transparência em suas execuções.

O Programa de Integridade das empresas deverá contar com requisitos como o comprometimento formal da alta direção da pessoa jurídica, promoção da cultura ética e existência de código de ética com padrões de conduta, criação de página na internet com informações detalhadas da participação em processos licitatórios e da execução dos contratos. Deverá conter também canais de denúncia de irregularidades, abertos a funcionários e terceiros, medidas disciplinares em caso de violação e implementação de programa de gestão de riscos, entre outros pontos.

A avaliação dos programas nas relações contratuais com o Poder Executivo será definida em ato conjunto da **CGE** e Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelos órgãos jurídicos e de controle interno nos demais poderes. O não cumprimento do programa implicará em multa, rescisão contratual e impossibilidade de contratação da empresa com a administração pública de Goiás por dois anos.

Fonte: Controladoria-Geral do Estado

Site: <https://lancegoias.com.br/2020/12/10/empresas-que-contratarem-com-o-estado-terao-que-implantar->

programa-de-integridade/

"Em Goiás, o combate à corrupção tem jeito", diz Caiado durante lançamento do Plano Estadual de Integridade

O governador Ronaldo Caiado liderou, nesta quarta-feira (09/12) em que se celebra o Dia Internacional de Combate à Corrupção, o processo que culminou com a assinatura do protocolo de intenções que institui o Plano Estadual de Integridade do Estado de **Goiás**. Além do Executivo, são signatários do documento os titulares dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como dos órgãos constitucionais autônomos do Estado - Ministério Público Estadual (MPE), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e a Defensoria Pública Estadual (DPE).

"Em **Goiás**, o combate à corrupção tem jeito, tem como ser implantado e é possível colher resultados", afirmou o governador durante a solenidade, realizada no Palácio Pedro Ludovico e que oficializou a parceria. "Essa é uma marca nossa para dizer ao cidadão que ele receberá saúde, segurança, educação de qualidade. Mas sem ter que sequestrar dinheiro dos prefeitos, como foi feito durante muito tempo, sem programas pedagógicos e sem maquiagem nas contas", assegurou Caiado.

Para o governador, o protocolo assinado provavelmente se tornará um exemplo do compliance mais amplo do País, já que reúne todos os poderes e órgãos públicos independentes do Estado. O líder do Executivo citou alguns dados referentes ao tema e falou das medidas tomadas.

Segundo ele, existem atualmente 1,4 mil processos disciplinares e de sindicância abertos no Executivo. Desse total, 300 são passíveis de serem solucionados via termo de ajustamento de conduta (TAC), pois englobam crimes de pequeno potencial lesivo. "Aliviamos, assim, o custo de R\$ 100 mil, por cada processo. Temos um resultado rápido e que não cria situações de procrastinação", explicou, ao informar que a Secretaria de Estado da Economia foi a primeira pasta a aderir ao projeto.

De acordo com o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, responsável no governo pela condução da iniciativa, o Plano Estadual de Integridade é um esforço conjunto e integrado, capitaneado pelo governador Ronaldo Caiado, no sentido de instituir programas, projetos e ações de fomento à integridade, à transparência e à ética pública, no âmbito de cada Poder e órgão constitucional goiano, respeitadas a autonomia e a independência dos signatários.

Em discurso, Ziller disse que o processo começou a partir da política de compliance no Executivo, implementada em 2019, e da posterior integração do Governo de **Goiás** ao projeto Integridade nos Estados Brasileiros, da organização não governamental (ONG) Transparência Internacional/Brasil. Apenas seis unidades federativas participam do projeto.

"A intenção de um programa de compliance é qualificar de tal maneira o gasto público para que realmente cumpra os seus objetivos, ou seja, que as políticas públicas sejam bem executadas", assinalou o controlador-geral.

Um dos parceiros nessa tarefa, o Tribunal de Justiça (TJ) tem dado sua parcela de contribuição para que **Goiás** alcance o objetivo de eliminar todo e qualquer resquício de corrupção que havia no Estado. O representante do presidente do TJ no evento, Guilherme Guttemberg, citou a reativação do Núcleo de Combate ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro, e a criação recente da 2ª vara para recuperar dividendos [desviados] como exemplo de ações que convergem com as metas do Plano Estadual de Integridade.

A matéria, aliás, já passou em primeira votação na Assembleia Legislativa, informou o presidente da Casa, deputado estadual Lissauer Vieira. "Vivemos um momento de transformação na política, de transparência",

opinou, ao reforçar a cooperação e o alinhamento que existem entre todos os poderes desde 2019. "Queremos levar o Estado de **Goiás** aos melhores índices e patamares, não só de entregas, melhorias e benefícios para a população, mas também de transparência, credibilidade e trabalho sério, como tem sido até agora a marca do governador", complementou.

O vice-governador Lincoln Tejota compartilha da mesma opinião de que Caiado não é apenas um expoente de boas práticas políticas em **Goiás**, mas em todo o País. "Não estamos aqui fazendo favor; estamos, na verdade, devolvendo uma ferramenta para a população", acrescentou.

Presidente do TCM, Joaquim de Castro se disse entusiasta do programa. "Vamos lutar diuturnamente para sermos mais eficientes, íntegros, éticos e transparentes. O governo materializou esse anseio de todos", afirmou.

O presidente do **TCE**, Celmar Rech, ressaltou que ações de integridade, compliance e transparência devem ser constantes no dia a dia dos chefes de poderes e órgãos. Assim, frisou, é possível tirar o Estado do déficit estrutural e financeiro, já que a corrupção e práticas ruins em que perduram erros, atrasos e má gestão oneram o governo. "Continue firme, governador, nesse propósito de equilibrar esse Estado que a sociedade goiana haverá de reconhecer."

A parceria interinstitucional foi elogiada pelo defensor público do Estado, Domilson Rabelo. "Somos um conjunto de gestores, mas focados no mesmo propósito. Esse é o grande extrato do que se representa hoje. Juntos, responsáveis, primando pela transparência, eficiência, crescimento e equilíbrio", listou.

"Estávamos acostumados a ver na história do Executivo muito mais retórica do que entrega. Agora não, há ações. É motivo de muito orgulho iniciar [aqui] o dia de comemoração ao combate à corrupção", destacou o procurador-geral de Justiça, Ailton Vecchi, ao elogiar o governador Ronaldo Caiado pela iniciativa e mudança de postura verificada no Governo de **Goiás** de 2019 para cá.

A carta de intenções assinada determina, ainda, o compartilhamento de apoio técnico na elaboração e implementação dos programas, projetos e ações e de recursos organizacionais, voltados à capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional de servidores. Embora envolva o planejamento e a execução de ações conjuntas por um período de 24 meses, o protocolo não envolve nenhum tipo de repasse de recursos financeiros ou materiais entre seus signatários, cabendo a cada um a responsabilidade por eventuais despesas.

Estiveram presentes no evento a procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente; os secretários de Estado Adriano da Rocha Lima (Geral da Governadoria), Bruno D'Abadia (Administração), Adonídio Neto Vieira Júnior (Indústria, Comércio e Serviços), coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar); o presidente da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), Pedro Sales; o representante do Fórum Permanente de Combate à Corrupção em **Goiás**, Paulo Henrique Nogueira; e o prefeito eleito de Minaçu, Carlos Alberto Lereia.

Site: <https://nbnbrasil.com.br/nbn-brasil/em-goias-o-combate-a-corrupcao-tem-jeito-diz-caiado-durante-lancamento-do-plano-estadual-de-integridade/>

Empresas que contratarem com o Estado terão que implantar programa de integridade

Deputados estaduais aprovaram projeto de lei que determina que empresa que contratar com **Governo de Goiás** crie e implante, internamente, programa de integridade. Será obrigatório para obras de engenharia com valor superior a R\$ 3,3 milhões e para compras e serviços maiores que R\$ 1,43 milhão

A Assembleia Legislativa aprovou nesta quarta-feira (09/12), em segunda e definitiva votação, o Projeto de Lei nº 6311/2019, de autoria da Governadoria, que cria a obrigatoriedade de Programa de Integridade (Compliance) para as empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que celebrarem contratos com o Poder Executivo. Caberá aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria Pública estadual, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás editarem ato próprio para aderir ao texto aprovado.

O Programa de Integridade será exigido para os casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias e valores acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência. Assim, aplica-se às obras e serviços de engenharia com valores maiores que R\$ 3,3 milhões e para as demais compras e serviços com valores superiores a R\$ 1,43 milhão. Será conferido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte a partir de ato do governador do Estado, observados os termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

O projeto também revoga a Lei 20.489/2019, que tratava do mesmo assunto e que apresentava pontos falhos, no entendimento da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), que coordenou o trabalho. Para a construção da redação do projeto de lei, a **CGE** recebeu contribuições do Conselho Regional de Administração (CRA-GO), Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás (OAB-GO), Conselho Regional de Economia (Corecon-GO) e profissionais da área de integridade e de compliance. A lei entra em vigor 120 dias após a sanção do governador Ronaldo Caiado e publicação no Diário Oficial do Estado.

A exigência da implantação do Programa de Integridade tem o objetivo de assegurar a conformidade das contratações públicas aos padrões morais e legais e garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos. É uma forma moderna de proteger a administração pública de atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por desvios de conduta e fraudes contratuais, além de garantir a boa execução dos contratos, reduzir riscos e promover maior segurança e transparência em suas execuções.

O Programa de Integridade das empresas deverá contar com requisitos como o comprometimento formal da alta direção da pessoa jurídica, promoção da cultura ética e existência de código de ética com padrões de conduta, criação de página na internet com informações detalhadas da participação em processos licitatórios e da execução dos contratos. Deverá conter também canais de denúncia de irregularidades, abertos a funcionários e terceiros, medidas disciplinares em caso de violação e implementação de programa de gestão de riscos, entre outros pontos.

A avaliação dos programas nas relações contratuais com o Poder Executivo será definida em ato conjunto da **CGE** e Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelos órgãos jurídicos e de controle interno nos demais poderes. O não cumprimento do programa implicará em multa, rescisão contratual e impossibilidade de contratação da empresa com a administração pública de Goiás por dois anos.

Site: <https://oanapolis.com.br/2020/12/10/empresas-que-contratarem-com-o-estado-terao-que-implantar-programa-de-integridade/>

Nova Mesa Diretora do TCE-GO toma posse

A Redação

Goiânia - A Mesa Diretora do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** tomou posse nesta quarta-feira (9/12) para o biênio 2021/2022. A nova gestão terá início a partir de janeiro do próximo ano. O **conselheiro Edson Ferrari** foi empossado presidente. Os conselheiros **Kennedy Trindade** e **Sebastião Tejota** tomaram posse, respectivamente, para os cargos de vice-presidente e corregedor-geral.

Em seu pronunciamento, o atual presidente da Corte de Contas, **Celmar Rech**, falou sobre dificuldades enfrentadas pela sua gestão por conta da pandemia, justificando medidas de austeridade. Ele também dedicou atenção especial aos investimentos em tecnologia da informação, como ecossistema de big data, solução tecnológica de automação de processos e uso de inteligência artificial na análise de editais e busca de documentos do processo eletrônico, com a implantação da Plataforma Louise. Por fim, ele agradeceu aos servidores do **TCE-GO** e desejou sucesso à nova Mesa Diretora.

Edson Ferrari, próximo presidente do **TCE-GO**, agradeceu aos seus pares. O **conselheiro** conclamou servidores e membros do Tribunal a darem o melhor de si, pautando-se sempre pela necessidade de uma atuação focada na efetividade. "Conclamo a todos a fazerem jus ao que custamos ao contribuinte", disse.

Sobre a atual gestão, ele também destacou os investimentos em garantir infraestrutura e desenvolvimento de soluções de análise e mineração de dados, além da automação de processos. Ele mencionou, contudo, que embora o processamento de dados seja muito importante, é fundamental não se descuidar do trabalho presencial, in loco.

Fonte da Materia

Site: <https://portalnettoreis.com.br/2020/12/10/nova-mesa-diretora-do-tce-go-toma-posse/>

Prêmio Goiás Mais Transparente reconhece trabalho de órgãos públicos na promoção da eficiência

Ranking lista órgãos do Governo de **Goiás** por exemplo de eficiência e transparência nas realizações

Foi realizada nesta quinta-feira, 10, uma cerimônia para celebrar a 2ª edição do Prêmio **Goiás** Mais Transparente e do Ranking Programa de Compliance Público 2020, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira. A iniciativa tem o intuito de reconhecer os esforços dos órgãos para tornar a Administração Pública mais eficiente e transparente.

O evento é organizado pela **Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE)**, em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**. O evento faz parte da Semana Internacional de Combate à Corrupção, que segue até o dia 11 de dezembro com uma programação diversificada acerca do tema.

A Secretaria de Governo (Segov) foi a primeira colocada no ranking de transparência do evento. Para o chefe de gabinete da Secretaria, Luís Antônio Siqueira de Paiva, que representou o secretário Ernesto Roller no evento, a premiação reafirma o compromisso do Poder Público na busca por uma gestão pública de excelência, além de promover uma cultura governamental baseada em transparência e responsabilidade. "Entre todos os órgãos públicos, a Segov ter conquistado o 1º lugar em transparência é sinal de que estamos no caminho certo e que temos compromisso com a Administração Pública", enfatizou.

Durante a premiação, foi realizada a entrega de troféus, certificações e **concessão** de selo em reconhecimento das entidades que obtiveram nível elevado de transparência pública de acordo com os critérios estabelecidos na legislação. "Nós precisamos ser o governo que nós sonhamos", destacou o vice-governador Lincoln Tejota.

Ranking de Transparência 2020

Prêmio Transparência Órgãos

1º lugar - Secretaria de Estado do Governo - SEGOV

2º lugar - Diretoria-Geral de Administração Penitenciária - DGAP

3º lugar - Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM

Prêmio Transparência Empresas

1º lugar - Companhia **Celg** de Participações - CELGP

2º lugar - **Agência Goiana de Habitação - AGEHAB**

3º lugar - Saneamento de **Goiás** - SANEAGO

Prêmio Transparência Demais Poderes

1º lugar - Procuradoria-Geral de Justiça - MPGO

2º lugar - Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** - TJGO

3º lugar - **Tribunal de Contas do Estado - TCE**

Ranking Programa de Compliance Público 2020

1º lugar - **FAPEG**

2º lugar - Saneago

3º lugar - Secretaria de Estado da Economia

4º lugar - Vice-Governadoria

5º lugar - Secretaria de Comunicação

6º lugar - Secretaria de Estado da Casa Civil

7º lugar - **Agência Goiana de Regulação - AGR**

8º lugar - Secretaria-Geral da Governadoria

Fonte

Site: <https://portalnettoeis.com.br/2020/12/10/premio-goias-mais-transparente-reconhece-trabalho-de-orgaos-publicos-na-promocao-da-eficiencia/>

Seapa recebe Prêmio de Inovação em Transparência pelo Informa Agro

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) foi uma das premiadas na categoria Inovação em Transparência da 2ª edição do Prêmio **Goiás** Mais Transparente do Programa de Compliance Público (PCP) do Governo de **Goiás**, em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**. A premiação foi recebida pelo secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Carlos de Souza Lima Neto, durante cerimônia realizada nesta quinta-feira (10/12), no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, e contemplou o Programa de Transparência Informa Agro da Seapa.

O Programa vencedor é uma iniciativa desenvolvida pela Gerência de Inteligência de Mercado da Superintendência de Produção Rural Sustentável da Seapa, em parceria com a Comunicação Setorial da pasta, e apoio de outras gerências. Reúne os informativos Agro em Dados, Radiografia do Agro em **Goiás** e Conjuntura Agro, as Cartilhas Informativas da Seapa e ações de transparência de informações, a exemplo da Semana da Agricultura Familiar e da construção do BI Seapa, com o propósito de analisar dados, gerar informação e disponibilizá-las ao mercado gratuitamente, inovando e marcando definitivamente a sua posição de referência para o setor produtivo.

Conforme explica o secretário Antônio Carlos, os produtos criados e desenvolvidos pela Seapa no Informa Agro têm o intuito de promover e aperfeiçoar a transparência da gestão e das políticas públicas realizados pelo Governo de **Goiás**, por meio das ações da Pasta. Todas essas ações tornam as informações mais acessíveis aos públicos a que se destinam. É um esforço de transparência dos dados que vem se aprimorando gradativamente, desde que lançamos o boletim informativo Agro em Dados, ainda em 2019, considera.

Antônio Carlos destaca a importância dessas ações não só para a transparência dos dados utilizados pela Seapa, mas também sob o ponto de vista do público da pasta, na formação de opinião e tomada de decisão no agro. Transparência exige muito mais que a disponibilização de dados aleatórios. É gerar informação fidedigna, inteligente e útil para um Estado e um País que lideram o agronegócio no mundo. Para nós, da Seapa, é motivo de orgulho ter também esse reconhecimento por parte dos órgãos de transparência, complementa.

Na avaliação do superintendente de Produção Rural Sustentável, Donalvam Maia, os dados disponibilizados pela Seapa já retornam em frutos para o Estado e ainda têm um grande potencial a ser explorado. Gerar informações a partir de dados claros e bem relacionados contribui tanto para o setor público, na construção de políticas efetivas, quanto para o setor privado, na tomada de decisão de investimentos e alocação de recursos. Essa informação transparente gera empregos e renda no Estado e **Goiás** possui condições e riquezas que ainda podem ser exploradas para o ganho de toda a população, ressalta.

A gerente de Inteligência de Mercado da Seapa, Juliana Dias Lopes, comemora o reconhecimento alinhado à missão da unidade. Nossa equipe recebe com muita alegria esse reconhecimento e é muito gratificante saber que estamos no caminho certo. Gerar informação de qualidade é nossa missão e é muito bom ver que nosso trabalho contribui para que as políticas públicas sejam direcionadas de forma assertiva, o que pode ser comprovado pelos resultados das ações implementadas por nossos gestores, avalia.

Conforme complementa o chefe da Comunicação Setorial da Seapa, Fernando Dantas de Oliveira, a Secretaria tem buscado a todo momento aperfeiçoar seus produtos e entregas na área da Comunicação, e estes têm uma importância ímpar na construção da transparência da pasta. A Comunicação da Seapa tem um olhar cuidadoso com a transparência das informações, tanto para o público interno, quanto para o público externo. Os boletins, as cartilhas e os informativos, por exemplo, surgiram da necessidade de levarmos conteúdo de qualidade relacionado ao setor agropecuário para o nosso público, alinhado às ações da Seapa e das jurisdicionadas, **Emater, Agrodefesa e Ceasa**, explica. Mostra ação de Governo, mas também informa e beneficia a sociedade e, com certeza, conforme orientação do nosso secretário Antônio Carlos, logo

teremos ainda mais produtos informativos à disposição do cidadão.

Transparência

O Prêmio **Goiás** Mais Transparente do Programa de Compliance Público (PCP) também traz, em sua 2ª edição, uma avaliação da transparência do órgão, conforme metodologia definida pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**. A Seapa também foi contemplada nesta avaliação e recebeu o Selo Ouro.

O Prêmio tem por objetivo reconhecer os esforços dos órgãos e das empresas (sociedades de economia mista controladas pelo Estado) com o selo de excelência em transparência; estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da Transparência Ativa e Passiva, pelo atendimento a exigências legais e a melhores práticas de entrega de informações para a sociedade, direcionadas pelas respectivas metodologias; e possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria nos serviços prestados pelo Estado à sociedade e não somente uma obrigação ou norma a ser cumprida. A Seapa também foi contemplada na 1ª edição do Prêmio, em 2019.

Comunicação Setorial da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) - Governo de **Goiás**

Site: <http://www.agricultura.go.gov.br/comunicação/notícias/3553-seapa-recebe-prêmio-de-inovação-em-transparência-pelo-informa-agro.html>

Goiás lança Plano Estadual de Integridade

O governador Ronaldo Caiado liderou, nesta quarta-feira, 09, em que se celebra o Dia Internacional de Combate à Corrupção, o processo que culminou com a assinatura do protocolo de intenções que institui o Plano Estadual de Integridade do Estado de **Goiás**. Além do Executivo, são signatários do documento os titulares dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como dos órgãos constitucionais autônomos do Estado - Ministério Público Estadual (MPE), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e a Defensoria Pública Estadual (DPE).

"Em **Goiás**, o combate à corrupção tem jeito, tem como ser implantado e é possível colher resultados", afirmou o governador durante a solenidade, realizada no Palácio Pedro Ludovico e que oficializou a parceria. "Essa é uma marca nossa para dizer ao cidadão que ele receberá saúde, segurança, educação de qualidade. Mas sem ter que sequestrar dinheiro dos prefeitos, como foi feito durante muito tempo, sem programas pedagógicos e sem maquiagem nas contas", assegurou Caiado.

Para o governador, o protocolo assinado provavelmente se tornará um exemplo do compliance mais amplo do País, já que reúne todos os poderes e órgãos públicos independentes do Estado. O líder do Executivo citou alguns dados referentes ao tema e falou das medidas tomadas.

Segundo ele, existem atualmente 1,4 mil processos disciplinares e de sindicância abertos no Executivo. Desse total, 300 são passíveis de serem solucionados via termo de ajustamento de conduta (TAC), pois englobam crimes de pequeno potencial lesivo. "Aliviamos, assim, o custo de R\$ 100 mil, por cada processo. Temos um resultado rápido e que não cria situações de procrastinação", explicou, ao informar que a Secretaria de Estado da Economia foi a primeira pasta a aderir ao projeto.

Site: <http://tribunadoplanalto.com.br/2020/12/10/goias-lanca-plano-estadual-de-integridade/>

TJGO é premiado por transparência de gestão

O Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) foi um dos ganhadores do Prêmio **Goiás** Mais Transparente, em cerimônia realizada nesta quinta-feira (10). O projeto é coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) e pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, tendo consagrado o Poder Judiciário goiano com o segundo lugar na categoria Demais Poderes e Órgãos Constitucionais Autônomos do Estado de **Goiás**.

A premiação **Goiás** Mais Transparente é uma unificação dos indicadores da **CGE** e do **TCE-GO** que, em 2019, apresentaram os índices separadamente para avaliar a transparência ativa e passiva das páginas de acesso à informação dos órgãos e entidades públicas goianas. Segundo a coordenadora de Gestão da Qualidade da Diretoria de Planejamento Estratégico (DPE), Ana Flávia Ferreira Antunes, o resultado positivo é devido "ao esforço e colaboração de diversas unidades junto à Comissão da Informação e Transparência e a DPE, atendendo ao nosso chamado para readequar as informações publicadas em nosso site".

Realizada no auditório Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, a cerimônia contou com a presença do vice-governador do Estado, Lincoln Tejota, o presidente do **TCE**, Celmar Rech e o secretário-chefe da **CGE**, Henrique Ziller da **CGE**, que entregaram as premiações. Em primeiro lugar na mesma categoria, foi reconhecido o Ministério Público do Estado de **Goiás** (MPGO) e, em terceiro, o **TCE**. O evento integrou a programação da Semana Internacional de Combate à Corrupção, organizada pelo Governo de **Goiás** com diversas ações, entre 7 e 11 deste mês. (Texto: Lilian Cury - Centro de Comunicação do TJGO, com informações do **TCE**)

Site: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/20-destaque/20961-tjgo-e-premiado-por-transparencia-de-gestao>

Nova mesa diretora do TCE-GO toma posse em solenidade transmitida pelas redes sociais

Thauany Melo

A Mesa Diretora do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** para o biênio 2021/2022 tomou posse na tarde desta quarta-feira, 9. A solenidade teve acesso restrito e foi transmitida pelo YouTube, Instagram e Twitter do tribunal

O **conselheiro Edson Ferrari** tomou posse como presidente do **TCE**. Já os conselheiros **Kennedy Trindade** e **Sebastião Tejota** tomaram posse, respectivamente, para os cargos de vice-presidente e corregedor-geral. A gestão dos empossados terá início a partir de janeiro de 2021.

Após o juramento de posse pelos novos presidente, vice-presidente e corregedor-geral, e a leitura do termo de posse pelo secretário-geral, a **conselheira Carla Santillo** falou em nome dos demais pares, dando as boas vindas aos empossados. Santillo ressaltou os desafios que o mundo enfrenta por conta da pandemia, com impactos sanitários e, também, econômicos.

Para a **conselheira**, é necessário equilibrar sensibilidade e responsabilidade fiscal neste momento. Santillo apontou que os dirigentes do **TCE-GO** para o biênio possuem larga experiência na administração pública, já tendo os três presidido a Corte de Contas em outras oportunidades, deixando importantes legados à instituição. E que essa experiência, associada às características pessoais dos mesmos, os credencia a responder pelo Tribunal em um momento marcado por tantos desafios.

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/nova-mesa-diretora-do-tce-go-toma-posse-em-solenidade-transmitida-pelas-redes-sociais-300955/>

Empresas que contratarem com o Estado terão que implantar programa de integridade

Arley Maciel

A Assembleia Legislativa aprovou nesta quarta-feira (09/12), em segunda e definitiva votação, o Projeto de Lei nº 6311/2019, de autoria da Governadoria, que cria a obrigatoriedade de Programa de Integridade (Compliance) para as empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que celebrarem contratos com o Poder Executivo. Caberá aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria Pública estadual, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás editarem ato próprio para aderir ao texto aprovado.

O Programa de Integridade será exigido para os casos em que os contratos tenham prazo igual ou superior a 180 dias e valores acima dos limites da modalidade de licitação por concorrência. Assim, aplica-se às obras e serviços de engenharia com valores maiores que R\$ 3,3 milhões e para as demais compras e serviços com valores superiores a R\$ 1,43 milhão. Será conferido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte a partir de ato do governador do Estado, observados os termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

O projeto também revoga a Lei 20.489/2019, que tratava do mesmo assunto e que apresentava pontos falhos, no entendimento da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), que coordenou o trabalho. Para a construção da redação do projeto de lei, a **CGE** recebeu contribuições do Conselho Regional de Administração (CRA-GO), Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás (OAB-GO), Conselho Regional de Economia (Corecon-GO) e profissionais da área de integridade e de compliance. A lei entra em vigor 120 dias após a sanção do governador Ronaldo Caiado e publicação no Diário Oficial do Estado.

Objetivo

A exigência da implantação do Programa de Integridade tem o objetivo de assegurar a conformidade das contratações públicas aos padrões morais e legais e garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos. É uma forma moderna de proteger a administração pública de atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por desvios de conduta e fraudes contratuais, além de garantir a boa execução dos contratos, reduzir riscos e promover maior segurança e transparência em suas execuções.

O Programa de Integridade das empresas deverá contar com requisitos como o comprometimento formal da alta direção da pessoa jurídica, promoção da cultura ética e existência de código de ética com padrões de conduta, criação de página na internet com informações detalhadas da participação em processos licitatórios e da execução dos contratos. Deverá conter também canais de denúncia de irregularidades, abertos a funcionários e terceiros, medidas disciplinares em caso de violação e implementação de programa de gestão de riscos, entre outros pontos.

A avaliação dos programas nas relações contratuais com o Poder Executivo será definida em ato conjunto da **CGE** e Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelos órgãos jurídicos e de controle interno nos demais poderes. O não cumprimento do programa implicará em multa, rescisão contratual e impossibilidade de contratação da empresa com a administração pública de Goiás por dois anos.

Site: <http://www.herculesdias.com.br/editorias/geral/item/3360-empresas-que-contratarem-com-o-estado-terao-que-implantar-programa-de-integridade>